



ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA BRASIL - URUGUAI
VOLUME V

DIAGNÓSTICO
ARQUEOLÓGICO



APRESENTAÇÃO

O presente trabalho compreende a caracterização do empreendimento, o diagnóstico ambiental, a identificação e mitigação dos impactos ambientais, resultantes da atividade de instalação e operação do projeto interligação energética Brasil- Uruguai. Os estudos e projetos elaborados foram divididos em 6 volumes distintos à saber: Volume I -Caracterização do Empreendimento, Volume II - Diagnóstico do Meio Físico, Volume III - Diagnóstico do Meio Biótico, Volume IV - Diagnóstico Socioeconômico, Volume V - Diagnóstico Arqueológico, Volume VI – Avaliação de Impactos Ambientais. Cada encarte trata de temas específicos e desta maneira buscou-se facilitar o manuseio e análise por parte dos órgãos envolvidos.

Neste, **VOLUME IV – DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO**, são apresentados os resultados da identificação dos Patrimônios Arqueológico nas Áreas de Influência por meio da análise dos dados Arqueológicos Pré-Históricos, dados Etnohistóricos e Históricos, seguindo as recomendações constantes da Portaria IPHAN 230/2002 e ainda, é apresentado a verificação de ocorrência de vestígios arqueológicos através do levantamento arqueológico sistemático.

Foi realizada uma vasta pesquisa bibliográfica para coleta de dados secundários de fontes governamentais e acadêmicas, conforme pode ser visualizado no item Referências Bibliográficas no final deste documento. Com a utilização de técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento, diversas fontes de dados cartográficos passaram a integrar um Sistema de Informação Geográfica – SIG, visando caracterizar espacialmente as áreas de estudo. Desta forma foram produzidos diversos mapas temáticos que se encontram parcialmente em anexo. As imagens orbitais têm papel fundamental no mapeamento estratégico e nortearam o reconhecimento técnico “*in loco*” das áreas atingidas. Assim os dados foram auditados em campo, onde buscou-se coletar e amostrar as peculiaridades regionais através de vistorias técnicas da equipe signatária.

Atentando-se aos parâmetros estabelecidos pelo Termo de Referência, o presente diagnóstico sintetiza as informações mais relevantes considerando os diversos materiais, documentos e estudos consultados, aliados com informações coletadas em campo na área de influência direta do empreendimento e no entorno desta.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Quantidade de sítios arqueológicos registrados por município.....	16
Figura 2. Quantidade de sítios arqueológicos cadastrados por período cronológico.....	18
Figura 3. Quantidade de sítios arqueológicos por período cronológico registrados por município.....	19
Figura 4. Quantidade de sítios arqueológicos pré-históricos registrados por tipologia.	20
Figura 5. Quantidade de sítios arqueológicos pré-históricos registrados por município e por tipologia. Fonte: CNSA/IPHAN.	21
Figura 6. Sítios da Tradição Umbu no Rio Grande do Sul.....	23
Figura 7. Artefatos líticos e ósseos da Tradição Umbu no Rio Grande do Sul.	24
Figura 8. Áreas apresentando sítios de aterros tipo “cerritos” no Rio Grande do Sul: 1) Tapes; 2) Camaquã; 3) Rio Grande; 4) Santa Vitória do Palmar; 5) Herval do Sul; 6) Dom Pedrito; 7) Vera Cruz; 8) Santa Maria; 9) Rosário do Sul; 10) Alegrete e Itaqui. Adaptado de Schmitz (2006).....	25
Figura 9. Formas cerâmicas da Tradição Vieira.....	26
Figura 10. Detalhe adaptado do Mapa Etnohistórico de Curt Nimuendajú (IBGE, 1992), mostrando o território dos grupos Charrua e Minuano.....	28
Figura 11. Mapa das áreas de atuação dos índios Minuanos e Charruas.....	29
Figura 12. Mapa da Foz do Prata elaborado pelo P. Diogo Soares S. J. em 1731, mostrando a localização dos grupos Charrua e Minuano.	30
Figura 13. Boleadeiras de pedra.....	31
Figura 14. Índios Charruas boleando avestruzes, 1825. Ilustração: Baerwinkel.....	32
Figura 15. Índio charrua montando cavalo. Ilustração: Baerwinkel.....	33
Figura 16. Um acampamento de índios minuano na costa do arroio Cacequi, no começo do século XIX. Ilustração: Baerwinkel.....	34
Figura 17. “Os últimos Charruas”, lâmina publicada por James Cowles Prichard, 1855.....	35
Figura 18. Índios Pampas. 1818. Detalhe da aquarela de Emeric Essex Vidal.	36
Figura 19. Cacique charrua. Ilustração Federico Reilly	37
Figura 20. Chefe Charrua.	37
Figura 21. Quantidade de sítios arqueológicos históricos registrados por município na AIR.....	38
Figura 22. Charruas civilizados.....	40
Figura 23. Campeiros dos Pampas.....	42
Figura 24. Uso do laço e da bola.	43
Figura 25. Estabelecimento rural brasileiro.....	44

Figura 26. Engenho de carne-seca ou charqueada. Aquarela de Debret, 1829.	45
Figura 27. Armazém de carne-seca e viajantes da Província do Rio Grande do Sul, de Jean-Baptiste Debret.....	46
Figura 28. Cena da Guerra dos Farrapos. Reprodução parcial de tela a óleo de Wash Rodrigues.....	50
Figura 29. O General Antônio de Souza Netto	51
Figura 30. Antigas edificações da comunidade de Seival, Candiota, palco de Batalha da Revolução Farroupilha.	52
Figura 31. A Estação de Seival, município de Candiota	54
Figura 32. Via Ferrea Bagé – Rio Grande.....	55
Figura 33. Estação Férrea de Hulha Negra ¹⁰	56
Figura 34. Fuzilamento durante a Revolução Federalista.	58
Figura 35. Federalistas prontos para a guerra.	59
Figura 36. Trincheiras nas ruas de Bagé por soldados republicanos.	59
Figura 37. Soldados republicanos sitiados em Bagé.....	60
Figura 38. Antiga Estância do Seival, atual sede do Projeto Fortaleza do Seival Vineyards, da vinícola Miolo.....	61
Figura 39. Localização geográfica da área do município de Candiota.	63
Figura 40. Localização geográfica da região do município de Aceguá.....	65
Figura 41. Imagem de satélite das edificações e estruturas encontradas	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Quantidade de sítios arqueológicos registrados por município.....	16
Tabela 2. Quantidade de sítios arqueológicos por período cronológico registrados por município.....	18
Tabela 3. Quantidade de sítios arqueológicos por tipologia registrados por município.....	21
Tabela 4. Vértices correspondentes a LT 230 kV Presidente Médici - Candiota.	67
Tabela 5. Vértices correspondentes a LT 525 kV Candiota - Aceguá.....	73
Tabela 6. Resultado das entrevistas realizadas.	80
Tabela 7. Relação de bens históricos identificados em campo	83

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Material arqueológico existente na residência do Sr. Heitor Vagner Ferreira, na localidade de Seival, em Candiota: boleadeiras e lâmina de machado polida.	27
Foto 2: Usina Termelétrica Candiota.....	68
Foto 3: Subestação da usina.	68
Foto 4: Área da subestação da usina.....	69
Foto 5: Alojamentos de funcionários.	70
Foto 6: Vala de esgoto.....	70
Foto 7: Fundos do alojamento dos operários.	70
Foto 8: Local destinado ao traçado da linha.....	71
Foto 9: Área minerada em fase de regeneração do solo.....	71
Foto 10: Solo arado, já minerado.	71
Foto 11: Área minerada em fase de regeneração do solo.....	71
Foto 12: Área em processo de mineração.	71
Foto 13: Área em processo de mineração.	71
Foto 14: Caminhamento na área de influencia direta.	72
Foto 15: Local do ponto V6.....	72
Foto 16: Local do ponto V7.....	72
Foto 17: Local do ponto V8.	72
Foto 18: Área do ponto SE Candiota.	72
Foto 19: Área do ponto V – 01.	72
Foto 20: Área destinada ao traçado da linha (V02 e V03).....	74
Foto 21: Mata ciliar, área do vértice V02.....	74
Foto 22: Solo arado e ou coberto por gramínea.	74
Foto 23: Parte do trecho de mata ciliar e ou solo arado.	74
Foto 24: Pastagem, área entre os pontos V – 03 e V – 04.	74
Foto 25: Pastagem, área entre os pontos V – 03 e V – 04.	74
Foto 26: Área de pastagem.....	75
Foto 27: Barramento Santa Elmira.....	75
Foto 28: Frente da segunda estrutura.	76
Foto 29: Fundos da primeira estrutura.	76
Foto 30: Lateral esquerda da segunda estrutura.....	76
Foto 31: Muro de aproximadamente 150 m.....	76
Foto 32: Ao lado das ruínas antiga habitação.	76
Foto 33: Detalhe do lado direito.	76

Foto 34: Pedras nas paredes da antiga habitação.....	77
Foto 35: Continuação do muro e palmeira exótica.....	77
Foto 36: Detalhe do muro no alto da colina.....	77
Foto 37: Reservatório de água.....	77
Foto 38: Área de pastagem.....	78
Foto 39: Área de pastagem.....	78

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I. Mapa 01 - Área de Inserção Regional - AIR	89
ANEXO II. Mapa 02 - Área de Influência Direta – AID.....	90
ANEXO III. Mapa 03 – Área Diretamente Afetada - ADA.	91
ANEXO IV. Fichas de Informação Oral.	92

LISTAGEM DE SIGLAS E ABREVIações

ADA	Área Diretamente Afetada
AID	Área de Influência Direta
AII	Área de Influência Indireta
AIR	Área de Inserção Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia
CAMAL	Cooperativa Mista Aceguá Ltda
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios arqueológicos
CTG	Centros de Tradições Gaúchas
EIA	Estudos de Impacto Ambiental
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LI	Licença Instalação
LP	Licença Prévia
PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
SGPA	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	II
LISTA DE TABELAS	IV
LISTA DE FOTOS.....	V
LISTA DE ANEXOS.....	VII
LISTAGEM DE SIGLAS E ABREVIações.....	VIII
INTRODUÇÃO	10
8 DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO.....	13
8.1 Definição das Áreas de Influência do Empreendimento	13
8.2 Patrimônio Arqueológico na Área de Influência Indireta – All e Área de Inserção Regional - AIR.....	14
8.2.1 Dados Arqueológicos Pré-Históricos	19
8.3 Dados Etnohistóricos	28
8.4 Dados Históricos.....	38
8.5 Patrimônio Arqueológico na Área de Influência Direta - AID.....	66
8.5.1 LT 230 kV Presidente Médici - Candiota – Trecho I.....	67
8.5.2 LT 525 kV Candiota – Aceguá – Trecho II.....	73
8.5.3 Informações Orais.....	79
8.6 Considerações Finais.....	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
ANEXOS	88

INTRODUÇÃO

A Interligação Energética Brasil – Uruguai será constituída por uma Linha de Transmissão denominada Linha de Transmissão Presidente Médici - Candiota, uma Subestação chamada Subestação Candiota e a Linha de Transmissão Candiota - Aceguá.

A área diretriz do traçado da Linha de Transmissão Brasil - Uruguai está situada na Bacia Hidrográfica do Mirim - São Gonçalo que abrange 31.160,23 km², que por sua vez, está localizada no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul ocupando partes das regiões fisiográficas Serra do Sudeste, Encosta do Sudeste, Litoral e Campanha. Limita-se ao norte com a bacia do rio Camaquã, ao sul com a República Oriental do Uruguai, a oeste com a bacia do rio Negro e a leste com o Oceano Atlântico. A bacia é composta pelos rios Piratini, Jaguarão e Canal de São Gonçalo e os Arroios Turuçu, Pelotas, Jaguarão, Candiota, Mau, Telho, Chasqueiro, Grande, Bretanha e Juncal.

Para a realização dos estudos ambientais necessários à obtenção da Licença Prévia (LP) e de Instalação (LI) do empreendimento, a empresa Ecosfera, responsável pela elaboração dos estudos ambientais, contratou a Scientia Consultoria Científica, empresa especializada em estudos do patrimônio arqueológico e histórico-cultural, sediada em São Paulo (SP) e com Unidade em Florianópolis (SC).

Para o diagnóstico arqueológico, foram observadas as recomendações constantes da Portaria IPHAN 230/2002, que estabelece os procedimentos mínimos a serem seguidos nos estudos para avaliação de potencial arqueológico de áreas sujeitas à eventual implantação de projetos de engenharia.

Os dados utilizados no diagnóstico foram oriundos de fontes secundárias, no que concerne à etnohistória regional, importante por oferecer um quadro da ocupação indígena mais recente da região, abrindo a possibilidade de, a partir de elementos de boa visibilidade arqueológica, identificar as etnias e culturas associadas aos remanescentes arqueológicos mais recentes. Os dados etnohistóricos foram abordados apenas no contexto da Área de Influência Indireta (AII), uma vez que populações indígenas são móveis e sua localização num

determinado ponto dos mapas utilizados não significa que no passado, elas não tenham circulado por um território mais amplo (certamente o fizeram).

No que concerne à arqueologia especificamente, os dados secundários foram obtidos no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, constantes do SGPA do IPHAN (principalmente no que concerne à AIR) e também em relatórios de arqueologia e pesquisas realizadas no entorno do empreendimento e ainda não incorporados ao CNSA/IPHAN. Os resultados do levantamento extensivo feito em campo forneceram os dados para a Área de Influência Direta (AID).

Esse procedimento encontra-se nas exigências da Portaria IPHAN 230/2002, que, no que concerne aos EIAs/RIMAs, diz:

Artº 1 - Nesta fase, dever-se-á proceder à contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo.

Uma vez que, na fase de diagnóstico, é impraticável fazer o levantamento intensivo do traçado das Linhas de Transmissão e na área da Subestação, o que exigiria que estas já estivessem referenciadas em campo com piquetes, colocou-se como objetivo da pesquisa de campo a avaliação do potencial arqueológico dos diversos compartimentos ambientais identificados próximos aos vértices destas, como forma de obter subsídios para identificar os impactos que o patrimônio arqueológico poderia sofrer com a implantação do empreendimento.

Para cumprir tais metas, decidiu-se, como procedimentos de pesquisa, fazer um levantamento extensivo de campo e proceder à coleta de informações orais junto a moradores dos arredores dos vértices das Linhas de Transmissão. Neste tipo de abordagem, a área de pesquisa é percorrida de forma oportunística, buscando-se a localização de sítios arqueológicos através de vistoria arqueológica de áreas com boa visibilidade de superfície ou de indicação de locais de ocorrência de material arqueológico.

Portanto, o presente relatório final apresenta os dados obtidos na pesquisa documental de fontes secundárias e de vistorias executadas em campo para o diagnóstico arqueológico da Interligação Energética Brasil - Uruguai. Neste relatório foram tratados do contexto arqueológico, etnohistórico e histórico da área de

pesquisa para a AII/AIR e AID e dados de campo (vistorias *in loco* e entrevistas) na AID.

8 DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO

8.1 DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO

No planejamento dos Estudos de Impacto Ambiental - EIA, a definição da área de estudo usualmente corresponde a uma hipótese sobre a área de influência do empreendimento, ou seja, a área geográfica onde serão ou poderão ser notados os efeitos diretos ou indiretos, positivos ou negativos do empreendimento, caso este venha a ser licenciado para implantação e operação.

Desta forma, no Volume I do Estudo de Impacto Ambiental, diversos aspectos do meio físico, biótico e socioeconômico tais como: bioma, rotas migratórias, hidrografia, geomorfologia, clima, uso e ocupação do solo, aspectos políticos territoriais e regionais foram considerados para definição das áreas de influência do empreendimento.

Assim foram definidas a Área de Influência Indireta - AII como sendo o território atual dos municípios de Candiota, Hulha Negra e Aceguá; a Área de Influência Direta - AID, representa pela distância horizontal de 1 km do eixo da LT, e por fim a Área Diretamente Afetada - ADA que leva em consideração a faixa de servidão e segurança, definida como sendo de 32,50 metros para ambos os lados da LT, e a área da subestação.

No entanto, apesar dos prognósticos das externalidades do empreendimento não indicarem ações impactantes e significativamente mensuráveis, externas aos limites estabelecidos pelas áreas de influência definidas no EIA, os critérios de análise dos parâmetros arqueológicos podem ser ligeiramente diferentes dos anteriormente citados.

Isso porque, quando consideramos os aspectos pré-históricos, históricos e etnohistóricos, é importante oferecer um quadro da ocupação territorial regional, abrindo a possibilidade de, a partir de elementos de boa visibilidade, identificar as etnias e culturas associadas aos remanescentes arqueológicos mais recentes, uma vez que as populações são móveis e sua localização num determinado ponto do espaço não significa que no passado, elas não tenham circulado por um território

mais amplo, estabelecendo relações e vínculos que contribuíram para a formação das atuais características regionais.

Desta forma, a Área de Influência Indireta - All do meio socioeconômico não possui significância arqueológica, já que a arqueologia pré-colonial, na qual se insere a grande maioria dos bens constituintes do patrimônio arqueológico regional, não tem nenhuma relação com a divisão política dos municípios.

Arqueologia considera a bacia hidrográfica o universo regional de referência, tanto para contextualizar os bens arqueológicos nela conhecidos, quanto para identificar as problemáticas arqueológicas que devem ser delineadas e buscadas na construção de conhecimento científico sobre processos e eventos pretéritos. Isso ocorre porque os rios foram importantes referenciais para o deslocamento das populações indígenas pretéritas. Sua contextualização permite compreender a ocupação pré-colonial que deu origem aos eventuais sítios arqueológicos existentes.

Assim, o presente Diagnóstico Arqueológico utilizará como fonte de pesquisa referências, de uma área de abrangência significativamente maior que a delimitada no EIA, denominada Área de Inserção Regional - AIR. As demais áreas de estudo seguem os mesmos critérios estabelecidos no Estudo de Impacto Ambiental e serão brevemente apresentadas na seqüência do trabalho.

8.2 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA – AII E ÁREA DE INSERÇÃO REGIONAL - AIR

No que concerne à arqueologia pré-colonial, a unidade de análise da Área de Influência Indireta - All costuma ser a bacia hidrográfica atravessada pelo traçado da Linha de Transmissão. Entretanto esta All, não apresenta dados arqueológicos suficientes para caracterizá-la do ponto de vista da arqueologia pré-histórica. Por este motivo propor-se uma área maior que a All, abarcando as Bacias Hidrográficas Mirim – São Gonçalo e do Rio Negro, sendo considerada como a Área de Inserção Regional - AIR do empreendimento conforme mapa (ANEXO I).

Contudo, os sítios arqueológicos estão registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA do IPHAN por município e não por bacia hidrográfica, portanto, foram considerados para a área de estudo os municípios abrangidos pela

AIR, a saber: Aceguá, Candiota, Bagé, Hulha Negra, Piratini, Pinheiro Machado, Canguçu, Morro Redondo, Pedras Altas, Herval, Arroio Grande, Pedro Osório, Capão do Leão, Cerrito, Pelotas, Rio Grande, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar.

Essa região hidrográfica abarca um território suficiente para abranger os deslocamentos e as interações sociais e ambientais das sociedades indígenas cujos remanescentes materiais constituíram os sítios arqueológicos que se localizam na área de estudo, atendendo, portanto, ao real escopo da arqueologia, que é conhecer os processos do passado recuado e não realizar meros inventários de bens culturais cujo significado e contexto se desconhecem.

Na AIR da arqueologia contemplou os aspectos do contexto arqueológico, etnohistórico e histórico em escala regional, tendo como escopo de atividades a:

- a) Caracterização arqueológica, etnohistórica e histórica da AIR com base em dados secundários;
- b) Coleta e sistematização de dados secundários (arqueológicos pré-históricos, históricos e etnohistóricos) relacionados aos municípios da AIR;
- c) Quantificação dos sítios arqueológicos registrados no CNSA/IPHAN nos diversos municípios abrangidos pelas Bacias Hidrográficas Mirim – São Gonçalo e do Rio Negro.

Para tanto, os dados arqueológicos tanto pré-históricos quanto históricos e etnohistóricos foram tratados em itens distintos, pois foram elaborados a partir de diversas fontes consultadas e tratam de períodos cronológicos diferentes.

No levantamento dos sítios arqueológicos registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA/IPHAN existem 229 sítios arqueológicos registrados para os municípios abrangidos pelas Bacias Hidrográficas Mirim – São Gonçalo e do Rio Negro, a saber: Aceguá, Candiota, Bagé, Hulha Negra, Piratini, Pinheiro Machado, Canguçu, Morro Redondo, Pedras Altas, Herval, Arroio Grande, Pedro Osório, Capão do Leão, Cerrito, Pelotas, Rio Grande, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar.

Dos municípios mencionados, Aceguá, Candiota, Hulha Negra, Piratini, Pinheiro Machado, Pedras Altas, Arroio Grande, Pedro Osório, Capão do Leão, Cerrito, e Jaguarão não apresentam sítios arqueológicos registrados no

CNSA/IPHAN. Isto não significa que não existam sítios arqueológicos, apenas não são conhecidos ou registrados sítios nestes municípios.

O número de sítios registrado até o presente momento por município pode ser visualizado na Tabela 1 e o Figura 1. Rio Grande detém mais da metade de todos os sítios registrados na região (52,80%), o que pode ser explicado pela existência de centros de pesquisas em arqueologia em Rio Grande e Pelotas, concentrando as pesquisas ocorridas na região. Segue-se os municípios de Santa Vitória do Palmar com 56 sítios (24,45%), Canguçu com 36 sítios (15,72%) e Pelotas com 14 sítios (6,11%). Herval e Morro Redondo possuem apenas um sítio arqueológico cada um.

Tabela 1. Quantidade de sítios arqueológicos registrados por município.

<i>MUNICÍPIO</i>	<i>QUANTIDADE</i>	<i>PORCENTAGEM</i>
Bagé	1	0,43%
Canguçu	36	15,65%
Herval	1	0,43%
Morro Redondo	1	0,43%
Pelotas	14	6,09%
Rio Grande	121	52,61%
Santa Vitória do Palmar	56	24,35%
TOTAL	230	-

Fonte: CNSA/IPHAN.

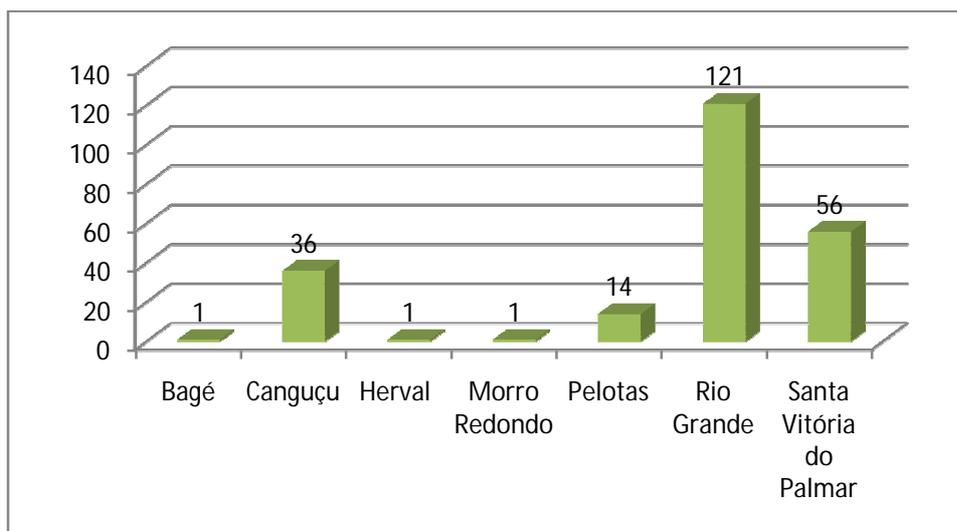


Figura 1. Quantidade de sítios arqueológicos registrados por município.

Fonte: CNSA/IPHAN.

A distribuição dos sítios arqueológicos cadastrados até o momento nos municípios da AIR, de acordo com o apresentado no gráfico e quadro acima, reflete o

desequilíbrio das pesquisas arqueológicas para a área de estudos. Além disso, os dados indicam a inexistência de pesquisas arqueológicas para os municípios impactados pelas LTs, e a inexistência de dados concretos para AID.

Portanto, teve-se que recorrer às informações arqueológicas existentes para alguns dos os municípios abrangidos pelas Bacias Hidrográficas Mirim – São Gonçalo e do Rio Negro, buscando sintetizar os dados disponíveis. Excluindo os municípios de Bagé, Herval e Morro Redondo, que possuem ambos somente um sítio cadastrado cada um, os demais quatro municípios, conforme a Figura 3, apresentam sítios, sobretudo correspondentes as sítios arqueológicos pré-históricos (81%) relacionados a sociedades indígenas anteriores ao período de colonização, mostrando a efetiva ocupação da área por grupos autóctones.

Entretanto é interessante observar também, ainda que em menor recorrência, o registro de sítios arqueológicos históricos (relacionados à sociedade colonial ou nacional) representado por 12 sítios (26%). Esse dado se explica pela pouca atenção que se dava aos sítios de históricos nas pesquisas arqueológicas brasileiras até poucos anos atrás.

Além disso, outro dado que chama a atenção é a existência, ainda que em baixo número, de cadastro de sítios de contato (5%) e pré-históricos e históricos (2%). Os sítios de contato representam geralmente sítios com ocupação predominantemente de populações indígenas com a introdução de cultura material de cunho européia, indicando a modificação da tradição cultural indígena pela introdução de aspectos da cultura das sociedades estrangeiras, revelando a interação entre os grupos indígenas e os colonizadores durante o período de conquista e ocupação desse território.

Os sítios classificados como pré-históricos e históricos, são aqueles em que há uma ocupação mais antiga estritamente relacionada a alguma sociedade indígena pré-colonial e após uma sobreposição por um sítio de natureza histórica relacionada à ocupação posterior de um mesmo local. Isso indica a importância geográfica e ambiental do local que foi ocupada por sociedades culturais e temporais distintas.

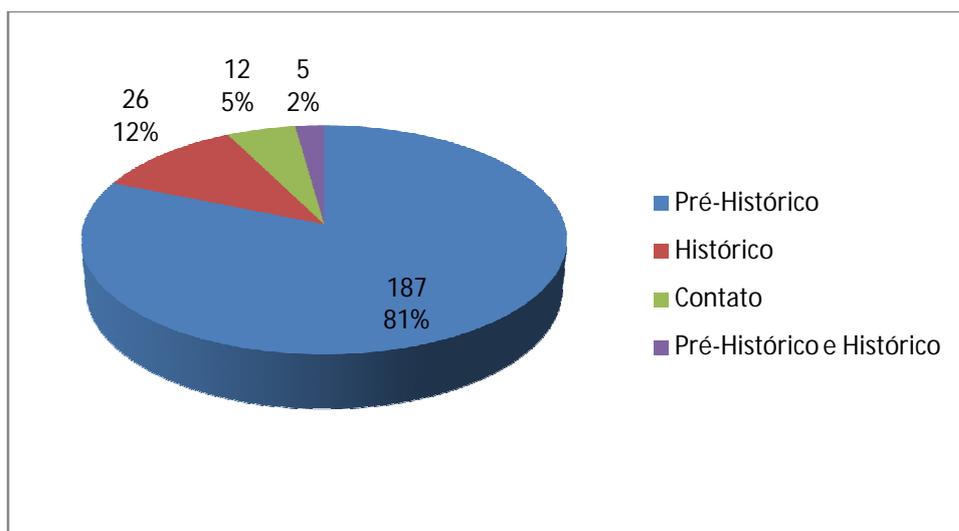


Figura 2. Quantidade de sítios arqueológicos cadastrados por período cronológico.
Fonte: CNSA/IPHAN.

A distribuição dos sítios por período cronológico por município pode ser observada na Tabela 2 e na Figura 3. Estes indicam as prevalências em todos dos quatro municípios de sítios relacionados à ocupação pré-colonial da área.

Tabela 2. Quantidade de sítios arqueológicos por período cronológico registrados por município.

MUNICÍPIO	PRÉ-HISTÓRICO	HISTÓRICO	CONTATO	PRÉ-HISTÓRICO E HISTÓRICO
Bagé	1	-	-	-
Canguçu	30	6	-	-
Herval	1	-	-	-
Morro Redondo	-	1	-	-
Pelotas	10	2	1	1
Rio Grande	103	3	11	4
Santa Vitória do Palmar	42	14	-	-
TOTAL	187	26	12	5

Fonte: CNSA/IPHAN.

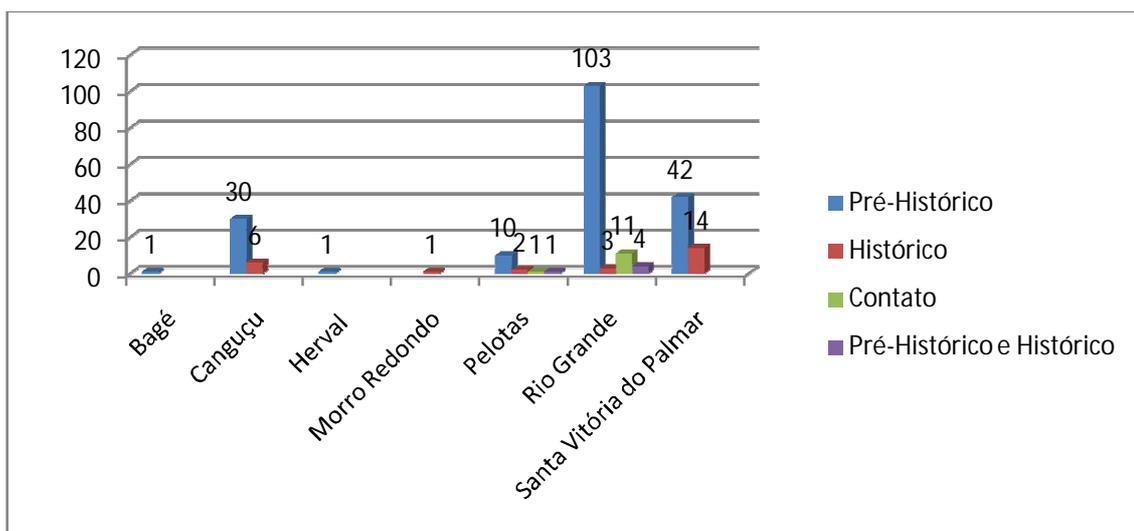


Figura 3. Quantidade de sítios arqueológicos por período cronológico registrados por município.

Fonte: CNSA/IPHAN.

Na sequência estes dados serão abordados por período cronológico, incorporando e relacionando as informações bibliográficas, tanto de cunho secundário (pesquisas anteriores) quanto de cunho primário (registros de viajante, ilustrações de época, relatos, etc.).

8.2.1 Dados Arqueológicos Pré-Históricos

As categorias de sítios arqueológicos pré-históricos registrado até o momento encontram-se apresentados na Figura 4. Percentualmente, os dados mostram a superioridade da ocorrência de sítios da categoria “cerâmico” em relação às demais categorias de sítios arqueológicos registrados na AIR. São sítios com predominância ou exclusividade de artefatos cerâmicos indicando uma ocupação mais duradoura por populações ceramistas, isto é, que confeccionavam vasilhames em argila queimada para as funções de produção, consumo e armazenamento e alimentos.

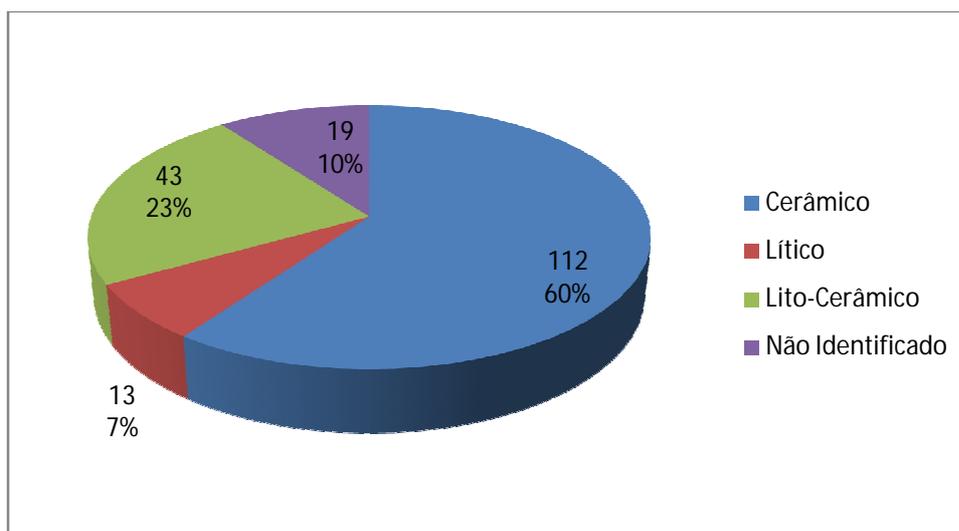


Figura 4. Quantidade de sítios arqueológicos pré-históricos registrados por tipologia.
Fonte: CNSA/IPHAN

Na sequência, em termos numéricos, há os sítios lito-cerâmicos com 43 registros (23%). Este tipo de sítio se caracteriza pela presença de instrumentos líticos associados a vasilhames cerâmicos, indicando a existência de populações ceramistas.

Tanto os sítios cerâmicos quanto os sítios lito-cerâmicos podem estar relacionadas a populações indígenas classificadas na arqueologia brasileira como da Tradição Vieira como Tupiguarani, nas porções litorâneas. Estes sítios apresentam em geral grande visibilidade no solo, muitas vezes aflorando a cultura material em superfície, e por isso, facilmente reconhecidos pela população local pela presença de cacos cerâmicos, material arqueológico característico.

Os sítios classificados como líticos (7%) podem estar relacionado a populações indígenas caçadoras-coletoras pré-ceramistas, geralmente relacionados à Tradição Umbu, como também a sítios de grupos ceramistas com funções específicas.

Entretanto, há de se observar ainda um índice considerável de sítios não identificados (10%), representada por 19 ocorrências. Este fato indica a precariedade dos registros e dados incompletos não permitindo outras generalizações.

A distribuição, por município, dos sítios arqueológicos registrados na AIR pode ser constatada na Tabela 3 e Figura 5.

Tabela 3. Quantidade de sítios arqueológicos por tipologia registrados por município

<i>MUNICÍPIO</i>	<i>CERÂMICO</i>	<i>LÍTICO</i>	<i>LITOCERÂMICO</i>	<i>NÃO IDENTIFICADO</i>
Bagé	-	-	-	1
Canguçu	27	2	1	-
Herval	-	-	-	1
Pelotas	5	1	3	1
Rio Grande	77	-	25	1
Santa Vitória do Palmar	3	10	14	15
TOTAL	112	13	43	19

Fonte: CNSA/IPHAN.

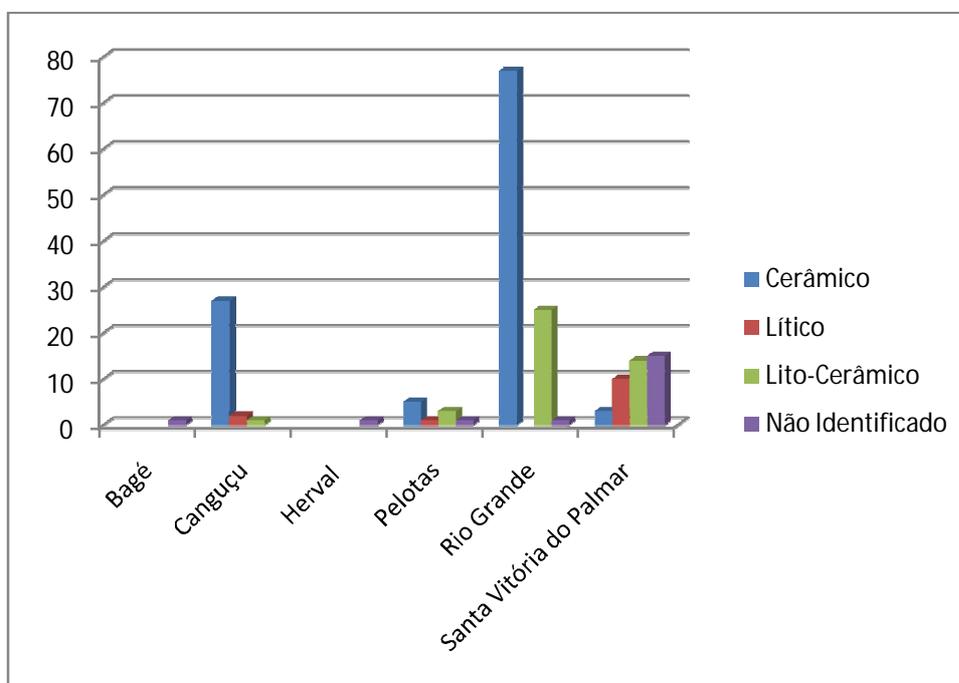


Figura 5. Quantidade de sítios arqueológicos pré-históricos registrados por município e por tipologia. Fonte: CNSA/IPHAN.

A arqueologia do extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul, compreendendo as mesorregiões do Sudoeste e do Sudeste Riograndense, até hoje é pouco conhecida, quando comparada a outras partes deste estado na bibliografia arqueológica especializada.

Na região das margens da Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim, nos municípios de Pelotas, Rio Grande, Palmares do Sul e Camaquã, em que pesquisadores ligados ao PRONAPA realizaram prospecções e pesquisas a partir de 1966 (SCHMITZ,

2006), as áreas mais afastadas da costa e das margens do rio Uruguai foram precariamente pesquisadas, geralmente por levantamentos arqueológicos pontuais e realizados em áreas restritas.

No Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA) do IPHAN não foram encontradas referências a sítios arqueológicos nos municípios afetados pelo empreendimento: Candiota, Aceguá e Hulha Negra, nem nos municípios vizinhos de Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Pinheiro Machado, Piratini e Santana da Boa Vista.

No município de Amaral Ferrador existe registrado um sítio lítico de superfície, apresentando lascas de quartzo e sílex, porém sem outras especificações, assim como nos municípios de Herval e Bagé.

No município de Dom Pedrito, existe registrado um sítio arqueológico que seria composto por seis “montes”, sem outras especificações.

Para a região, sabe-se da existência de sítios arqueológicos associados à Tradição Umbu (Figura 6) e à Tradição Vieira, ambos ocupando os assim chamados “cerritos”, elevações artificiais construídas nas bordas ou no interior de áreas alagadiças na divisa entre o Rio Grande do Sul e a República Oriental do Uruguai, conforme Schmitz (2006).

Segundo Copé (1985), as pesquisas no sudeste do Rio Grande do Sul compreenderam levantamentos arqueológicos em diversos locais, como na bacia do rio Camaquã, na região conhecida como Banhado do Colégio, onde foram registrados 103 sítios arqueológicos, sendo 95 aterros e 8 sítios sobre dunas associados às tradições Umbu (pré-cerâmica) e Vieira (ceramista), levantamentos no município de Rio Grande, onde foi registrada grande quantidade de aterros pré-cerâmicos e ceramistas, em Santa Vitória do Palmar, onde foram registrados 138 aterros com cerâmica da tradição Vieira nas camadas superiores e material lítico lascado da tradição Umbu nas camadas inferiores e também nas nascentes do rio Negro, municípios de Bagé e Dom Pedrito, onde foram localizados 30 aterros e dois sítios abertos.

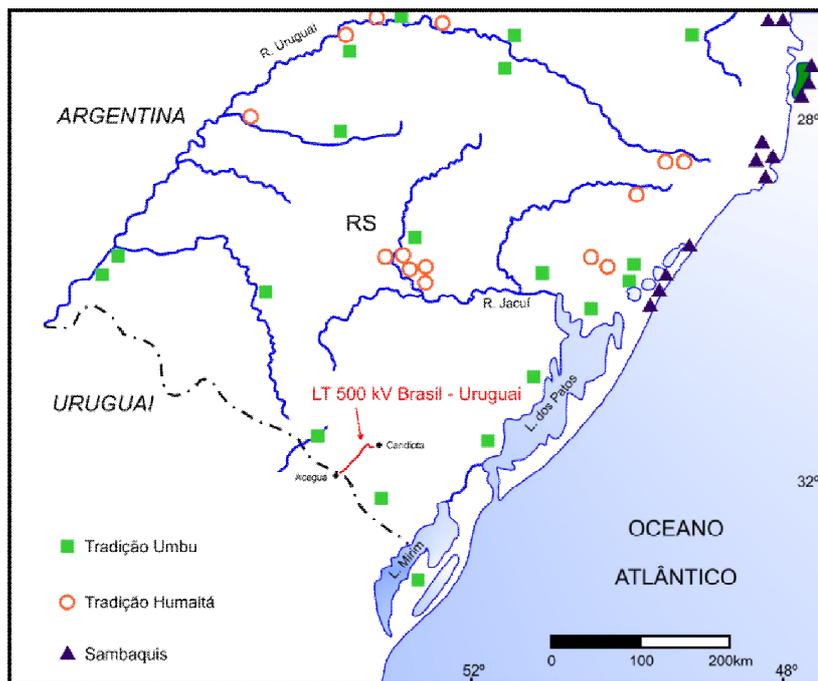


Figura 6. Sítios da Tradição Umu no Rio Grande do Sul.
Fonte: Adaptado de Schmitz (2006). Arte gráfica: Rafael Rizzi.

A mesma autora (COPÉ, 1991) afirma que estes grupos eram caçadores e coletores neolitizados com o advento da tecnologia ceramista, caracterizando assim a cultura chamada pelos arqueólogos de Tradição Taquara

No território contíguo do Uruguai, departamento de Rivera, ainda na bacia do rio Negro, foram localizados mais de 100 aterros, dispostos paralelamente às lagoas e canais que escoam para este rio. Ainda segundo a mesma autora, também no departamento uruguaio de Treinta y Tres foram localizados mais de 350 aterros com características semelhantes.

Os sítios da Tradição Umu, segundo Prous (1992), são caracterizados pela presença de pontas de projétil bifaciais lascadas e por uma indústria lítica apresentando lascas geralmente cuidadosamente retocadas que teriam ocupadas áreas abertas de campos e savanas, eventualmente ocupando também abrigos, como no caso do sítio Abrigo Dalpiaz.

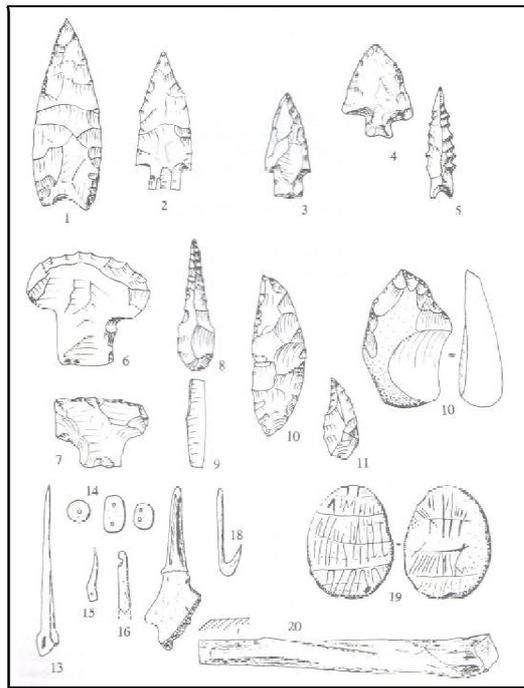


Figura 7. Artefatos líticos e ósseos da Tradição Umbu no Rio Grande do Sul.
Fonte: Prous (1992).

As pontas mais antigas atribuídas a esta Tradição, segundo datas de carbono radioativo obtidas em diversos sítios localizados às margens do rio Uruguai, no sudoeste do Rio Grande do Sul, possuem entre 10.500 e 8.000 AP.

No sudeste do Rio Grande do Sul, segundo Schmitz (2006), as datas atribuídas a esta Tradição, que aqui ocupa os níveis mais antigos dos cerritos, situam-se a partir de 500 AC. Ainda segundo este autor, estes grupos terminariam, nos níveis mais recentes, por adquirir a cerâmica da Tradição Vieira e, possivelmente, também a horticultura.



Figura 8. Áreas apresentando sítios de aterros tipo “cerritos” no Rio Grande do Sul: 1) Tapes; 2) Camaquã; 3) Rio Grande; 4) Santa Vitória do Palmar; 5) Herval do Sul; 6) Dom Pedrito; 7) Vera Cruz; 8) Santa Maria; 9) Rosário do Sul; 10) Alegrete e Itaqui. Adaptado de Schmitz (2006). Fonte: Arte gráfica: Rafael Rizzi.

Já os sítios da Tradição Vieira situam-se preferencialmente na porção sudeste do estado do Rio Grande do Sul, estendendo-se também em direção ao sudoeste e ao centro do estado.

Segundo Prous (1992, p. 295),

as principais áreas estudadas no Brasil estão [...] nos municípios de Camaquã (72 sítios, totalizando 80 montículos), Rio Grande (29 sítios, 42 cerritos), Santa Vitória do Palmar (46 sítios, 138 cômoros) e o alto Rio Negro (sete sítios, 30 cerritos), sendo os números indicados válidos até 1968. No Uruguai, mais de 450 sítios foram indicados até 1970 [...].

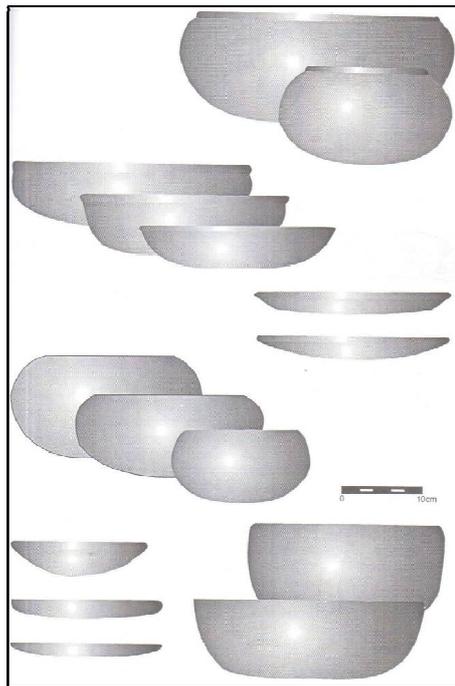


Figura 9. Formas cerâmicas da Tradição Vieira.
Fonte: Schmitz (2006).

Segundo Schmitz (2006), a cerâmica da Tradição Vieira estaria subdividida em uma fase mais antiga, datada por volta de 2000 AP., chamada Fase Totorama, caracterizada por formas pequenas com paredes grossas, mal acabadas e mal cozidas, com impressão e restos de palha tanto na superfície como na pasta, apresentando semelhanças com a encontrada na região do Rio da Prata, na Argentina.

Já a fase mais recente, chamada Fase Vieira, apresentaria uma cerâmica melhor elaborada, cujas datas se estendem até o final do século XVIII, apresentando, ao final desta época, influências da cerâmica Tupiguarani. Segundo Noelli (1999-2000), podem ser percebidas semelhanças entre o sistema de produção, a matéria prima e os artefatos líticos das tradições Umbu e Vieira que se sucedem nos cerritos, o que, juntamente com os vestígios faunísticos recuperados, que indicam uma subsistência baseada na caça, na pesca e na coleta de frutos e vegetais, não representaria uma distinção entre as duas tradições; antes sugeriria “uma nova forma de adaptação ecológica diante de uma pressão causada pelas populações que vinham colonizando áreas da Região Sul e adjacências a partir de 3.000 anos AP” (NOELLI, 1999-2000, p. 236).

Na região são encontrados artefatos arqueológicos juntos a moradores ilustrando o tipo de cultura material que pode ser encontrada na pesquisa arqueológica, como o caso dos achados na área da comunidade do Seival, em Candiota (Foto 1). Trata-se de duas boleadeiras confeccionadas em rocha basáltica polida, com formato esférico e possuindo um sulco radial centralizado, por meio do qual as bolas eram presas. São instrumentos típicos de populações indígenas pampeanas, usadas para a caça de animais em ambiente aberto. Mais detalhes podem ser obtidos no item referente a etnohistória, no qual há ilustrações da sua composição e uso.



Foto 1. Material arqueológico existente na residência do Sr. Heitor Vagner Ferreira, na localidade de Seival, em Candiota: boleadeiras e lâmina de machado polida.

O outro instrumento é uma lâmina de machado polida, já com a superfície bastante alterada por intemperismo, empregada em geral no trabalho com madeira. Portanto, ambos podem ser achados de forma isolada em locais nas quais os grupos indígenas caçaram ou trabalharam, e não necessariamente nos locais de sítios arqueológicos de habitação por exemplo.

8.3 DADOS ETNOHISTÓRICOS

Segundo o mapa etnohistórico de Curt Nimuendajú (IBGE, 1987), a região que compreende o extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul, divisa com a República Oriental do Uruguai, era ocupada por populações Minuano e Charrua, conforme relatos históricos datados a partir do século XVII.



Figura 10. Detalhe adaptado do Mapa Etnohistórico de Curt Nimuendajú (IBGE, 1992), mostrando o território dos grupos Charrua e Minuano.
 Fonte Arte gráfica: Rafael Rizzi.

No mapa da figura 6 podem-se observar as áreas ocupadas pelas populações charruas e minuano na porção meridional do Brasil e do Uruguai, conforme Golin (2004), que se assemelha aos dados mapeados por Nimuendajú (IBGE, 1987) (ver Figura 10)

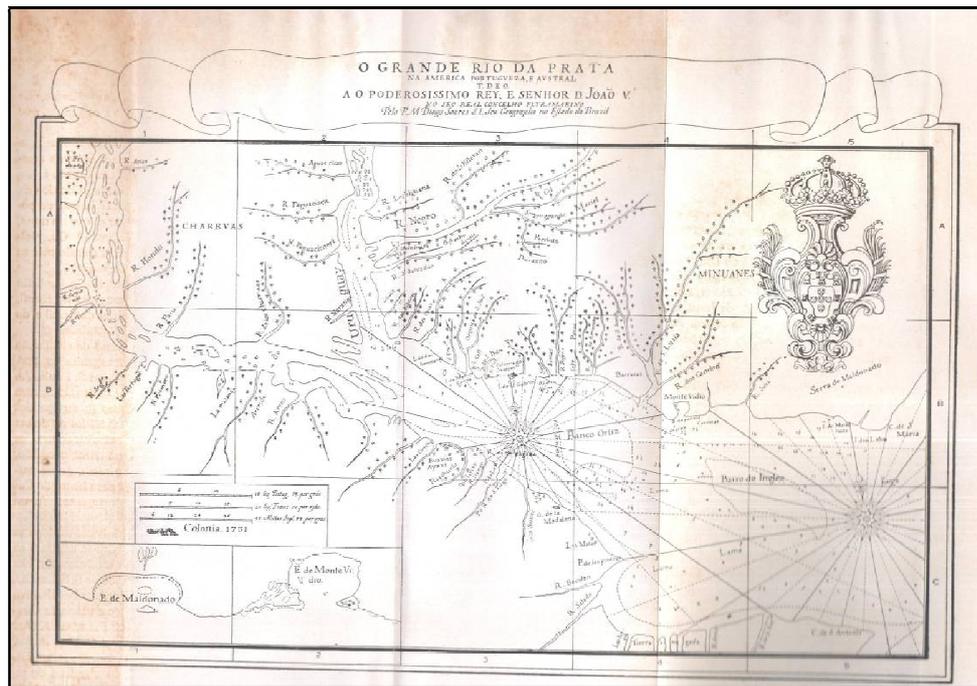


Figura 12. Mapa da Foz do Prata elaborado pelo P. Diogo Soares S. J. em 1731, mostrando a localização dos grupos Charrua e Minuano.
Fonte: Leite (1945).

Os dados aqui utilizados foram extraídos de Becker (1984), que por sua vez, se baseou principalmente em cronistas como Diego Garcia de Mogger (1526-27), Ulrich Schmidl (1534-54), Felix de Azara (1746-1821), José Saldanha (1758-1808), além de pesquisadores brasileiros e platinos contemporâneos que se ocuparam especificamente do estudo histórico e antropológico destes grupos indígenas, cujos remanescentes foram exterminados pelo colonizador branco já na primeira metade do século XIX.

A subsistência, conforme os cronistas do século XVI, seria baseada na caça, na pesca estacional e na coleta de recursos vegetais, com um predomínio da pesca litorânea no verão e da caça de emas, cervídeos e roedores como paca e cotia nas outras estações. Com a introdução do gado vacum, sua carne passou a ser também parte importante da dieta.

A caça e a pesca eram atividades essencialmente masculinas. Para a pesca, utilizavam redes, arcos, flechas e arpões de madeira tostada. Para a caça, utilizavam arcos, flechas e “bolas”, também conhecidas como boleadeiras, que consistiam em três rochas polidas atadas, que eram arremessadas contra as patas dos animais, derrubando-os.

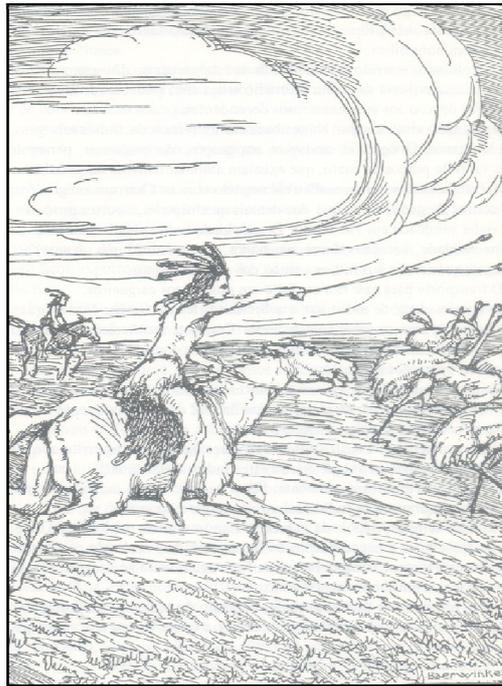
O uso de boleadeiras pelos charruas é ilustrado por Baerwinkel (Figura 13). Nesta imagem índios a cavalo lançam boleadeiras presas a laços contra um bando de avestruzes



Figura 13. Boleadeiras de pedra.
Fonte: Costa (2004, p. 30).

Jacques assim descreve as boleadeiras:

[...] pedras sulcadas, por onde se atavam as guascas dos extremos da sogas e não serem retovadas ou cobertas de couro, franzido no extremo do feixamento do retovo onde são presas as sogas [...] tendo três pedras, sendo uma menor, chamada manicla (JACQUES, 1912, p. 86).



**Figura 14. Índios Charruas boleando avestruzes, 1825. Ilustração: Baerwinkel.
Fonte: Jacques (1912, p. 87).**

Outra imagem de autoria Baerwinkel (ver Figura 15) retrata a habilidade dos índios charruas na montaria de cavalos, que quando em perigo deitavam-se ao longo da lateral do cavalo, ocultando e protegendo-se.

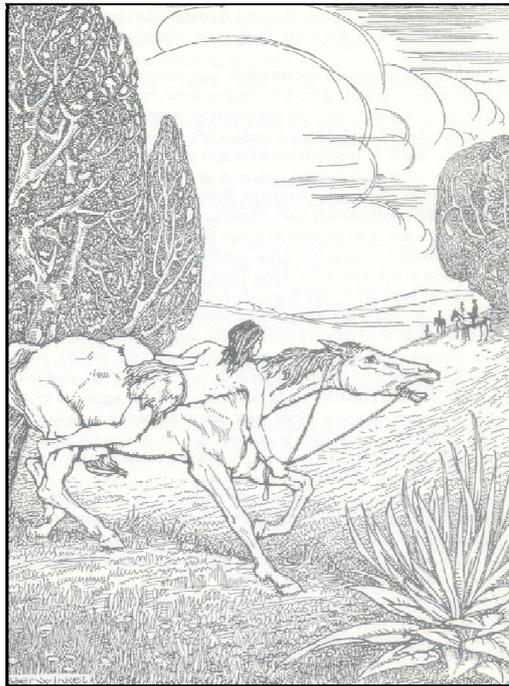
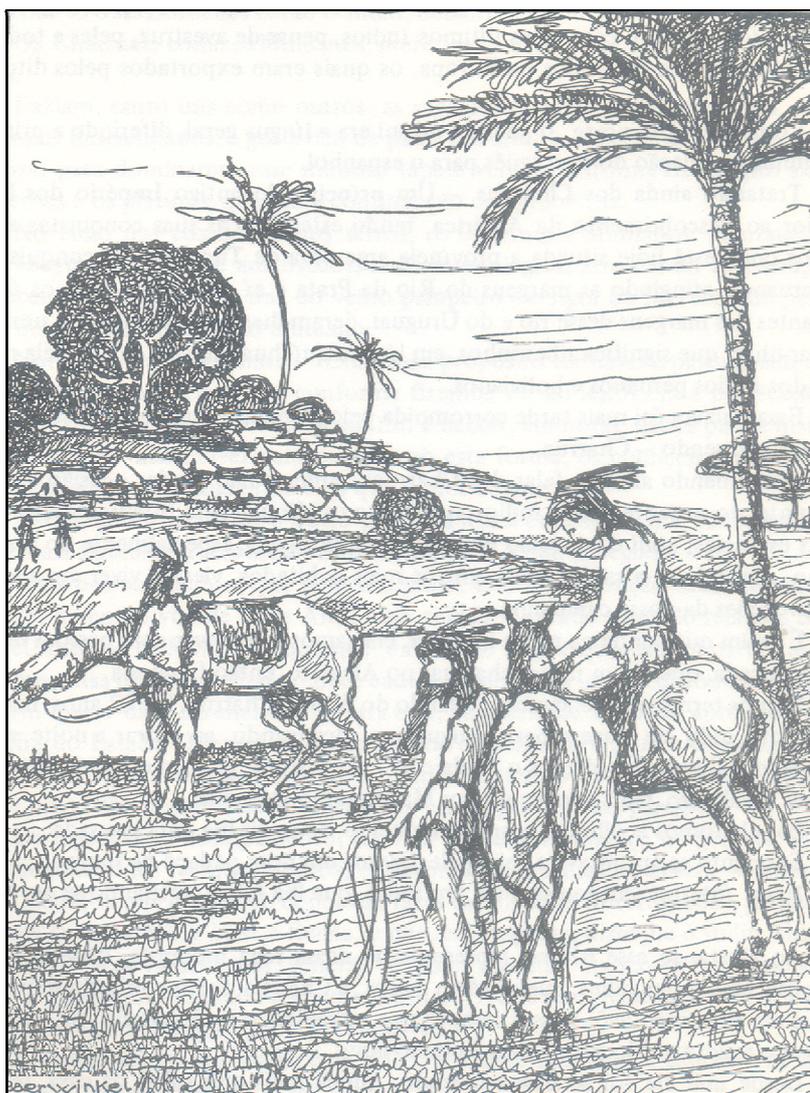


Figura 15. Índio charrua montando cavalo. Ilustração: Baerwinkel.
Fonte: Jacques (1912, p. 33).

Produziam ainda cordas e trançados de fibra vegetal, notadamente esteiras que usavam na cobertura das habitações.

Os grupos observados a partir do século XVI viviam em “toldos” ou “toldearias”, caracterizados como agrupamentos de moradias unifamiliares formadas por esteiras trançadas colocadas sobre armações de varas. Posteriormente, com a introdução e dispersão do gado vacum, nos séculos XVII e XVIII, estas esteiras terminaram por ser substituídas por couros de boi. Estes abrigos, facilmente transportáveis, eram utilizados principalmente para o repouso noturno, não existindo relatos claros sobre as atividades que poderiam ser nele desenvolvidas. As atividades de montagem e desmontagem dos abrigos era tarefa feminina, bem como a preparação dos alimentos e o transporte dos utensílios domésticos. Existem algumas referências ao uso de cerâmica, que seria simples e de cor negra.

A ilustração de Baerwinkel (ver Figura 16) de início do século XIX mostra como os toldos, moradias móveis, eram organizados formando um aldeamento. Nesta observam-se um agrupamento de pelo menos onze casas assentadas na encosta de uma coxilha, próximo a uma fonte de água, neste caso o arroio Cacequi.



**Figura 16. Um acampamento de índios minuanos na costa do arroio Cacequi, no começo do século XIX. Ilustração: Baerwinkel.
Fonte: Jacques (1912, p. 91).**

Para o ataque e defesa utilizavam-se de arcos, flechas, tacapes e das lanças e boleadeiras, estas duas últimas suplantando as demais armas principalmente depois do domínio da técnica de cavalgar, a partir do século XVII. Existem citações do uso de pontas líticas no século XVI.

Como vestimenta, os primeiros relatos falam que as mulheres Charrua e Minuano usavam uma saia de algodão trançado que envolvia a cintura até os joelhos, enquanto que os homens usavam uma espécie de capa de pele de animais. Com a introdução do gado, o couro destes passou a ser utilizado para este fim.

Posteriormente, com o contato com populações portuguesas e espanholas, terminaram por adotar vestimentas européias, obtidas por saque ou comércio.

Na lâmina publicada por James Cowles Prichard na obra *Natural History of Man*, em Londres, 1855 (ver Figura 17) pode-se observar a vestimenta tradicional usado pelos homens, ou seja, peles de animais como capa sobre os ombros e as mulheres com veste feitas em algodão nativo. Além da vestimenta se observam ainda o uso do arco e flechas, além do hábito do chimarrão.



**Figura 17. “Os últimos Charruas”, lâmina publicada por James Cowles Prichard, 1855.
Fonte: Golin (2004, p. 28).**

Na aquarela de Emeric Essex Vidal (ver Figura 18) observa-se o uso de tecidos em volta do corpo como espécie de saias

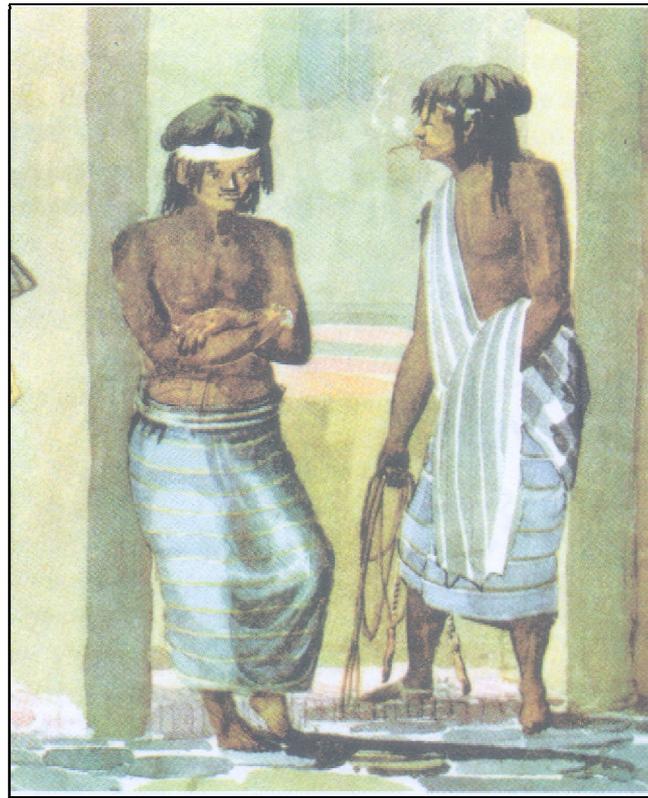


Figura 18. Índios Pampas. 1818. Detalhe da aquarela de Emeric Essex Vidal. Fonte: Golin (2004, p. 32).

As armas usadas, como lanças, arcos e flechas foram ilustrados por Federico Reilly, na imagem do cacique charrua (ver Figura 19).

Com relação à organização social, tanto os Charrua como os Minuano apresentavam mais frequentemente, famílias nucleares monogâmicas podendo também apresentar poligamia e mais raramente, poliginia.

Os mortos eram enterrados, havendo informações do uso de descarnamento e também do transporte dos ossos pelos familiares, com a mudança de acampamento. Como manifestação de luto, as viúvas costumavam cortar uma falange dos dedos da mão.

Ambos os grupos se organizavam em bandos, comandados por um conselho de anciãos ou por um líder nomeado, principalmente a partir dos conflitos com o colonizador ibérico

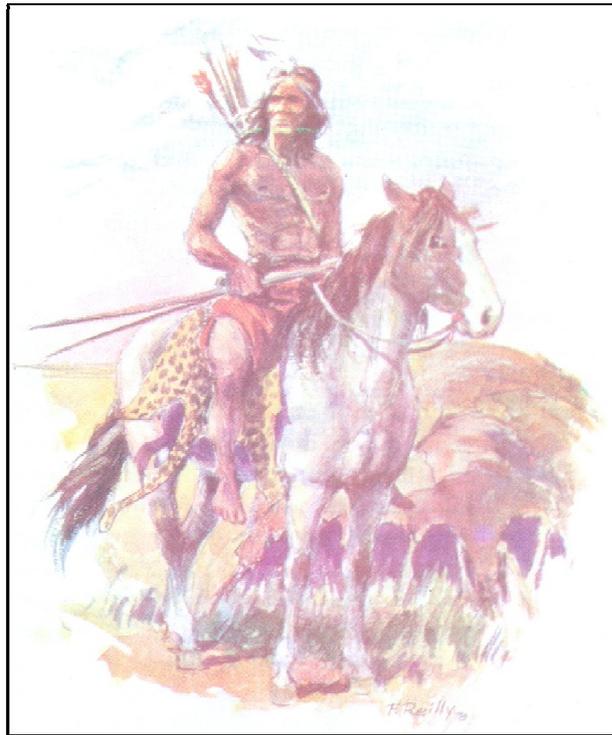


Figura 19. Cacique charrua. Ilustração Federico Reilly
Fonte: Golin (2004, p. 29).



Figura 20. Chefe Charrua.
Fonte: Debret¹

¹ Fonte: www.bibvirt.futuro.usp.br/index.php/imagens/pranchas_de_debret

Estes conflitos armados, notadamente com os espanhóis do Prata, juntamente com surtos de doenças infecciosas como a varíola, levaram ao desaparecimento destes grupos indígenas, ainda no final da primeira metade do século XIX.

8.4 DADOS HISTÓRICOS

Os dados referentes aos sítios arqueológicos históricos registrados nas fichas do CNSA são incompletos e pouco aproveitáveis, pela escassez de informações, não sendo possível tecer relações e comentários sobre os mesmos. Carecem de informações no campo da descrição sumária no CNSA. A distribuição desses sítios por município é apresentada na Figura 21.

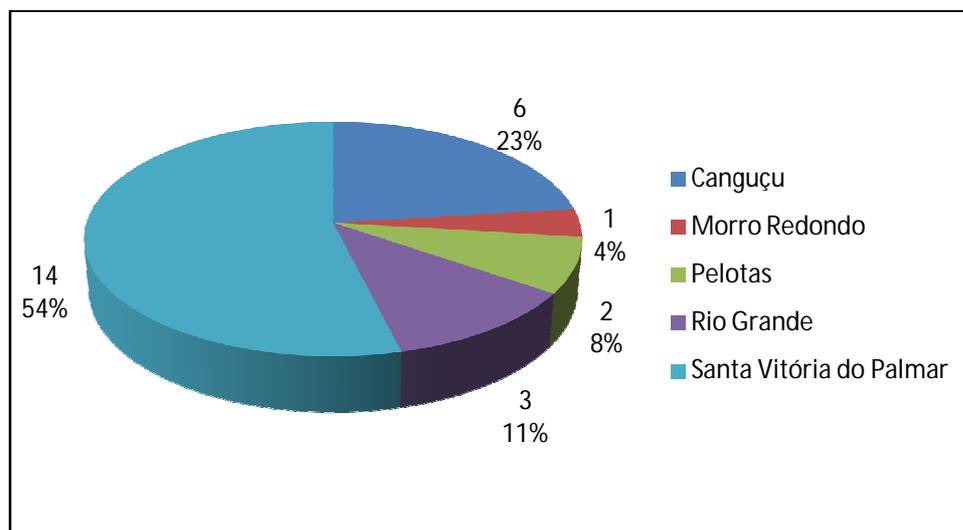


Figura 21. Quantidade de sítios arqueológicos históricos registrados por município na AIR.

Apresenta-se aqui um breve histórico dos municípios de Aceguá, Candiota e Hulha Negra. Como estes municípios foram emancipados do município de Bagé (RS), tratamos os três no mesmo histórico, direcionando o foco individual para sua localização e algumas peculiaridades locais.

A região da Campanha é constituída por solos cristalinos e de pequenas ondulações, com algumas elevações ou colinas chamadas de “coxilhas”. É também

conhecida como Zona Pampeira, Pampa Gaúcho, Campos da Fronteira, entre outras denominações desta região caracterizada, essencialmente, pelas lides campesinas e pela atividade pecuária, que há séculos apresenta-se como a atividade econômica de maior relevância, perdendo espaço apenas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI - no caso de Candiota - para a extração de carvão e geração de energia.

Data do século XVI o início da atividade pecuária na região, quando, em 1555, vicentistas trouxeram do Paraguai alguns exemplares de bovinos para os campos da margem esquerda dos rios Paraná e da Prata. Também foram trazidos do Peru, um pouco mais tarde, grandes manadas de cavalares. Ao findar o primeiro quartel do século XVII, grande quantidade desses animais povoou os campos riograndenses (FREITAS, 1987, p. 70).

A excelente qualidade das pastagens e o ambiente propício possibilitaram a rápida multiplicação do gado. À medida que os rebanhos se ampliavam, a região conquistava novas formas de vida, logrando uma paisagem social e econômica mais diversa e expressiva. Ao longo do século XVII o gado da campanha também serviu para a alimentação dos aldeados nas reduções jesuíticas na região vizinha das Missões, palco das disputas entre bandeirantes e jesuítas sobre a posse da mão-de-obra indígena.

Esgotada as possibilidades de preagem² de índios nas aldeias próximas a São Paulo, os bandeirantes lançaram-se no ataque das reduções jesuíticas, onde os indígenas já se encontravam reunidos e “adestrados” pelos padres ao trabalho e à obediência. Por volta de 1640 registrou-se um grande combate entre bandeirantes e jesuítas nas missões sul-riograndenses que resultou no abandono jesuítico da área, retirando-se para a outra margem do Uruguai, abandonando em território riograndense grande parte do gado que criavam nas reduções. Deixados à solta, estes rebanhos tornaram-se bravios e formaram na região uma imensa reserva de gado que se tornou conhecida como “Vacaria del Mar” (PESAVENTO, 1986, p. 17).

Na virada do século XVII para o XVIII, portugueses e castelhanos disputavam ainda o gado abandonado pelos padres das missões jesuíticas – o gado chucro ou chimarrão, rebanho selvagem caçado no pampa. É a origem dos rebanhos bovinos e

² Ato de prear ou caçar os índios pelos bandeirantes no Brasil colonial.

das tropas de muares levadas pelos tropeiros para o abastecimento e serviço da zona das Minas Gerais. Para assegurar sua estratégia de expansão das fronteiras do sul do país, a Coroa passou a conceder poderes amplos aos senhores de terra e gado – chefes de bandos armados que se tornariam os estancieiros - estimulando o assentamento de grandes fazendas de criação, as estâncias, no decorrer do século XVIII.

As consequências do rápido desenvolvimento pastoril se fizeram sentir também através das transformações verificadas nos hábitos e métodos da vida dos índios Charruas e Minuanos, tornados cavaleiros e na formação do acampamento de Fanaeros. Os indígenas eram considerados temíveis e ágeis cavaleiros, além de possuírem conhecimentos profundos das zonas da Campanha. Enquanto os charruas têm sua história mais ligada à formação da parte meridional da Banda oriental, e depois do Uruguai, os minuanos têm maior ligação com os portugueses que circulavam pelo Continente do Rio Grande de São Pedro em direção à Colônia de Sacramento durante o século XVIII, além de terem uma relação bastante próxima com os próprios moradores da Colônia.



Figura 22. Charruas civilizados.
Fonte: Desenho de Jean-Baptiste Debret (1971, p. 89).

Na Figura 22 ilustra o charrua civilizado que andava a cavalo envolto em um poncho, e portava a boleadeira. Assim como os hispanoamericanos, andavam armados de facão preso na cintura ou dentro de uma das botas (DEBRET, 1971, p. 41)

Os contatos amistosos entre minuanos e portugueses continuaram ao ponto de terem sido concedidas honrarias aos caciques minuanos, nomeado comandantes e defensores dos interesses lusos na região, tentativa evidente de se defender a Colônia de Sacramento e a viabilização do trânsito das tropas de gado. Foram, inclusive, os minuanos, grandes fornecedores de gados aos tropeiros e estancieiros pioneiros do Continente a partir do início do século XVIII (KUHN, 2004, p. 22).

Da miscigenação dos indígenas com portugueses e castelhanos surgiu a figura dos “gaúchos”, bandoleiros e ladrões, assaltantes das antigas fazendas, um novo tipo social “sem pátria e sem lar, formado por desertores, fugitivos, vagabundos, criminosos, tanto portugueses como espanhóis, negros e índios, todos marginalizados pela sociedade latifundiária e pecuarista em formação” (FLORES, 1996, p. 68). O latifúndio, ao concentrar as terras nas mãos de poucos, gerou a miséria e o desemprego. O gaúcho era um desempregado que obtinha trabalho no período da safra das charqueadas e nos rodeios, bem como viviam nas arreadas ou califórnicas, roubo do gado das estâncias para a retirada do couro e do sebo.

Outra atividade dos gaúchos era a courama dos bovinos³ que entravam pelos rincões, formados pelos afluentes dos rios Negro e Uruguai. Quando pagavam impostos pela courama eram chamados de faeneros, mas quando vendiam o couro e o sebo de forma ilegal eram denominados changadores ou contrabandistas, com vistas ao comércio no estuário com os navios portugueses, ingleses e franceses ali chegados (FREITAS, 1987, p. 70).

As estâncias, no século XVIII, eram uma fazenda familiar, comunal e com espírito militar, porque concedida além da linha divisória de Tordesilhas alargando as fronteiras portuguesas. As sedes das primeiras estâncias eram precárias, paredes de pau a pique, cobertura de sapé, com poucas peças. Ao lado erguia-se a senzala dos escravos, o galpão para os peões solteiros e os ranchos para os peões casados. Periodicamente havia o rodeio de gado, em campo aberto, para marcação,

³ Extração do couro para comercialização.

cura de bicheira e aparte dos animais destinados aos tropeiros. Por causa do inverno rigoroso, a safra da pecuária costumava funcionar de outubro a março (FLORES, 1996, p. 71-72).

O viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, no início do século XIX, assim descreveu uma das estâncias que visitou em sua passagem pelo Rio Grande do Sul:

Nos arredores da estância de Palmares, as pastagens são rentes ao chão, o que sempre acontece perto das habitações, por que é principalmente aí que o gado pasta. As construções dessa estância constam de algumas choupanas esparsas e da casa do proprietário, coberta de telhas, porém pequena e de um só andar. O interior, quase desguarnecido de móveis, não oferece comodidade. Dizia-nos, -*no entanto, o proprietário que possuía de 10 a 12 mil reses, equivalente a um capital de cerca de 250 mil francos, além de ser ao mesmo tempo senhor de muitos escravos e ter grande número de cavalos. Parece, em geral, que esta capitania é muito rica, mas não se encontra nem no mobiliário das casas nem no modo de viver dos habitantes coisa alguma que denuncie tal riqueza. A maior parte dos estancieiros afirma que um proprietário pode vender todos os anos a quinta parte do seu gado sem diminuir o número do rebanho. Outros estancieiros opinam que esse número poderá subir a um quarto e até mesmo a um terço. Penso que a diversidade de lugares deve influir muito na reprodução e, por conseguinte, na quantidade de reses que se podem vender anualmente. As vacas começam a dar cria aos três anos (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 79)



Figura 23. Campeiros dos Pampas.
Fonte: Desenho de Jean-Baptiste Debret (1971, p. 89).

Debret retrata em sua obra *Cena da Província do Rio Grande*, o amplo domínio dos campos destinados à criação de gado, cavalos, mulas, carneiros entre

outros. Em meio a todas estas diversas criações haviam cabanas resididas por negros da estância, estes que tinham por função laçar os animais desgarrados ou perdidos entre rebanhos vizinhos. Em um rodeio anual era feita para a demarcação dos recém nascidos (DEBRET, 1971).

Outra imagem que retrata as cenas com a lida com o gado solto é a gravura de Hermann Rudolf Wendroth que ilustra o uso do laço e da boleadeira (ver Figura 24). O mercenário Hermann Rudolf Wendroth veio ao Brasil em 1851 produzindo um álbum de aquarelas e desenhos de cenas do Rio Grande do Sul, com os temas de cenas de viagens, vistas, tipos e costumes. Em outras de suas cenas, retrata um típico estabelecimento rural (ver Figura 25) composta pela casa principal, a mangueira e outra edificações anexas.



Figura 24. Uso do laço e da bola.
Fonte: Gravura de Hermann Rudolf Wendroth (s/d., fig. 147).



Figura 25. Estabelecimento rural brasileiro.
Fonte: Gravura de Hermann Rudolf Wendroth (s/d., fig. 144).

Já as Charqueadas eram os locais de produção do charque – ou carne seca, carne-do-ceará, carne-de-sol, entre outras denominações – cuja técnica de produção foi trazida para o sul do país no final do século XVIII (FREITAS, 1987, p. 75). Grosso modo, os charqueadores compram o gado dos estancieiros, mandam matá-lo e retalhá-lo, a carne é salgada e, depois de seca, vendida aos comerciantes, que destinavam grande parte à exportação. Assim Saint-Hilaire descreveu uma charqueada, em meados do século XIX:

Diante da residência do Sr. Chaves, um belo gramado e mais ao longe, várias fileiras compridas de grossos moirões cravados na terra. Têm cerca de quatro pés, terminando, cada um, por uma pequena forquilha. Estas forquilhas recebem varas grandes transversais para sobre elas se fazer secar a carne no tempo das charqueadas. Ao lado desses secadouros, a casa onde se salga a carne e onde está construído o reservatório, chamado tanque. Quando se abate o animal, retalha-se, salgam-se os pedaços e colocam-se, uns sobre os outros, no tanque, em que se impregnam de salmoura. No fim de vinte e quatro horas são retirados, e é, então, que se estendem sobre os secadouros, onde ficam oito dias, quando há bom tempo. A carne-seca não pode ser conservada mais de um ano. Desta região é exportada principalmente para o Rio de Janeiro, Bahia e Havana, servindo aí de alimento aos negros (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 111).



Figura 26. Engenho de carne-seca ou charqueada. Aquarela de Debret, 1829.
Fonte: Acervo: Museu Castro Maya, IPHAN, Rio de Janeiro⁴.

Os rebanhos eram disputados por elementos de diferentes procedências: índios guaranis, que vinham caçar o gado a mando dos jesuítas novamente estabelecidos em território rio-grandense em fins do século XVII; os colonos de Santa Fé, Corrientes e Buenos Aires, que obtinham licença das autoridades castelhanas para negociar o couro; os contrabandistas de gado; os colonos portugueses de Sacramento; ingleses ligados à *South Sea Company*, que operavam através de um entreposto comercial no Prata; e, a partir de fins do século XVII, paulistas e lagunistas que passaram a descer rumo ao sul em busca de gado a ser revendido na região das minas (PESAVENTO, 1986, p. 20).

A criação do gado se realizava de maneira extensiva nas estâncias, com os animais deixados à solta nos campos, sem cercamento. A mão-de-obra utilizada para os serviços de defesa do rebanho e da terra era constituída pelos peões, capatazes, agregados, posteiros ou por índios missioneiros. No rodeio havia necessidade de maior mão de obra, ocasião em que se empregavam também os gaúchos ou gaudérios. Havia ainda a população cativa, sendo os escravos mão-de-obra por excelência nas charqueadas, mas não nas estâncias, onde eles aparecem desde o início sem, contudo, ser fundamental no processo produtivo pela lide exigir extrema mobilidade (uso do cavalo) e o porte de armas para defesa dos rebanhos, requisitos que não se coadunavam com a situação servil (PESAVENTO, 1986, p. 27).

⁴ Fonte: www.bibvirt.futuro.usp.br/index.php/imagens/pranchas_de_debret.

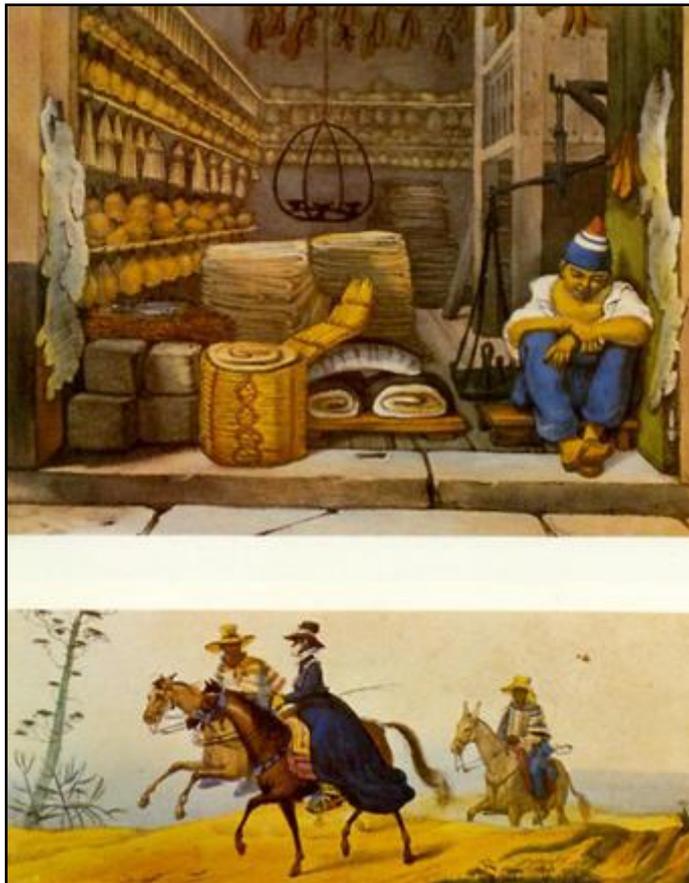


Figura 27. Armazém de carne-seca e viajantes da Província do Rio Grande do Sul, de Jean-Baptiste Debret⁵

Essa diferença de tratamento entre os escravos das estâncias e das charqueadas também foi notada pelo viajante Saint-Hilaire:

Já tenho declarado que nesta capitania os negros são tratados com brandura e que os brancos com eles se familiarizam mais do que noutros lugares. Isto é verdadeiro para os escravos das estâncias, que são poucos, mas não o é para os das charqueadas que, sendo em grande número e cheios de vícios trazidos da capital, devem ser tratados com mais rigor (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 120).

Como se pode perceber, esta variedade de mão-de-obra era necessária a julgar pelo tamanho territorial e pela quantidade de animais existentes nas coxilhas. Em 1817, o português Manuel Aires de Casal assim descreveu – não sem certo exagero - a atividade na região da Campanha:

⁵ Fonte: www.bibvirt.futuro.usp.br/index.php/imagens/pranchas_de_debret.

Em nenhuma província se cria tão prodigiosa quantidade de gado vacum, cavalari, e muar: as cabras são poucas, e as ovelhas dão boa lã. A primeira espécie é a mais multiplicada. Nos princípios do século passado [século XVIII] a maior parte da província era povoadíssima de gado vacum, apesar dos estragos que nele faziam os indígenas, e as onças. Os conquistadores, persuadidos que tanta gadaria jamais poderia ter fim, entraram a fazer nela destruições semelhantes às dos tigres, e lobos famintos em currais de ovelhas. Toda a guerra era contra as vitelas; e de ordinário uma não chegava para o jantar de dois camaradas; porque acontecendo quererem ambos a língua, tinham por mais acertado matar segunda, do que repartir a da primeira. Havia homem que matava uma rês pela manhã para lhe comer um rim assado: e para não ter o incômodo de carregar uma posta de carne para jantar, onde quer que pousava, fazia o mesmo àquela que melhor lhe enchia o olho. Não havia banquete, onde não aparecesse um prato de vitelinha recém-nascida (CASAL, 1817, p. 71).

Ao longo do século XVIII o território da estância foi palco das disputas territoriais entre os governos da Espanha e de Portugal. O fato de ser área avançada da colonização portuguesa no extremo meridional da América fez da região uma zona fronteira de alto valor estratégico para a Coroa portuguesa. O Rio Grande do Sul – em especial suas fronteiras ao sul - era, então, o caminho de acesso ao contrabando da região do Prata, por onde escoavam a riqueza de Potosí. Desta forma, converteu-se, desde muito cedo, numa zona de enfrentamento direto com os “castelhanos” e palco de inúmeras operações militares (PESAVENTO, 1986, p. 15).

A região de Bagé (ou estância de Santa Tecla) era então considerada pertencente à redução de São Miguel. Suas terras compreendiam dois grandes rincões divididos entre o da Cavalhada, destinado a criação dos animais cavalares; e o de Santa Tecla, que dava nome à estância e onde era criado o gado vacum. Neste vasto estabelecimento contava-se, no século XVIII, mais de cinquenta mil reses (SILVEIRA, 1979, p. 494).

Sabe-se que, em 1773, o governador de Buenos Aires Dom Juan José Vértis, tentou invadir e conquistar o território da Colônia de Sacramento - toda a campanha até o forte de Rio Pardo - com um exército de cinco mil homens. Ao chegar às proximidades do rincão de Santa Tecla, de onde manam as vertentes do Rio Negro, Camaquã, Jaguarão e Piratini, fez construir um forte a que deu o nome de Santa Tecla.

Passaram-se três anos de ocupação espanhola quando, em 1776, o exército português sitiou e tomou o Forte para si, estabelecendo guardas avançadas na coxilha que ainda hoje guarda o nome de São Sebastião. Contudo, por questões

diplomáticas, a conquista foi nulificada pelo governo português e o forte devolvido ao comando espanhol, que o reconstruiu, permanecendo a região sob domínio espanhol até 1801 quando foi declarada oficialmente guerra entre as duas nações (SILVEIRA, 1979, p. 495).

A reconstrução do Forte de Santa Tecla pelos espanhóis - às margens do Rio Negro, atual território de Bagé – deu-se sob o comando do arquiteto francês Lê Coq. Com muralhas de barro calcado, construções internas de pau-a-pique e telhados de palha, a fortificação tinha o formato pentagonal. Em cada uma de suas extremidades um baluarte fazia invocação a São Francisco, Santo Agostinho, São Miguel, São João Batista e São José. No lado sul, um fosso dificultava a escalada das tropas inimigas.

Plantadas em uma coxilha, as muralhas de Santa Tecla produziam despenhadeiros naturais que impossibilitavam a escalada de forças inimigas. Em 1801, com a declaração de guerra entre as nações, o exército português, sob o comando de Domingos José Gonçalves, novamente sitiou e apoderou-se do Forte Santa Tecla, expelindo a guarnição espanhola e destruindo-o até quase os alicerces. Ainda hoje restam alguns vestígios materiais desta fortificação, embora quase extintos (SILVEIRA, 1979, p. 496).

Ao readquirir o domínio sobre as coxilhas, o governo português tratou da sua ocupação como forma de impedir e dificultar novas investidas espanholas sobre a área. O povoamento era uma das principais armas para o estabelecimento das fronteiras e a garantia de posse das terras. Para cada soldado que havia participado da reconquista do Forte de Santa Tecla foram concedidas terras com a extensão de uma sesmaria, área que compreendeu a coxilha de São Sebastião e a vasta campanha circunvizinha.

Foram construídos ranchos e capelas que deram início ao que viria a ser a cidade de Bagé, povoação que servia de importante posto militar nas fronteiras do sul do país. Em 1814 foi a povoação elevada a curato e nela provida uma capela com padre regular. Em 1820 foi concluída a Igreja, sendo então considerável o aumento da população. Em 1825 a região foi invadida pelo exército argentino, mas logo se viu novamente livre desse transitório julgo até o período da guerra civil de 1835, em que ficou quase totalmente deserta (SILVEIRA, 1979, p. 497).

Esta guerra civil, que ficou conhecida como Revolução Farroupilha, está inserida no contexto de instabilidade política vivenciada no país no decorrer do Período Regencial, que teve início após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, em favor de seu filho de apenas cinco anos de idade. Impedido de assumir o país pela pouca idade, a Constituição nacional determinava a escolha de uma regência para governar o país até a maioridade de D. Pedro II.

Neste período conturbado (1831-1840), as elites brasileiras não apresentavam homogeneidade quanto às suas tendências políticas, a situação econômica tornava-se cada vez mais caótica e segmentos da sociedade civil por várias partes do país organizaram-se para manifestar contra as reformas sociais do novo governo que assumia. Muitas rebeliões marcaram todo o desenrolar do Período Regencial e, no sul do Brasil, houve a guerra civil que eclodiu em 1835.

À época, predominavam politicamente no Rio Grande do Sul o grupo dos Liberais Exaltados (Farroupilhas) com tendências separatistas, republicanas e federativas, possuindo como adversário os Chimangos, favoráveis a situação. A assembléia Provincial do Rio Grande do Sul não aceitou a nomeação - por parte do governo central - de Fernando Braga para a presidência da Província e o líder farroupilha Bento Gonçalves (rico estrangeiro e comandante da guerra local) ocupou a cidade de Porto Alegre. Havia também um forte motivo econômico que provocou a tomada do governo provincial. Os produtores de charque do sul sentiam-se prejudicados com o alto preço do sal e com a concorrência do charque importado da região platina.

Após a conquista da capital da província, os farroupilhas fundaram a República de Piratini ou república Riograndense e, no ano seguinte, lideraram uma expedição até Laguna, em Santa Catarina, que foi sede da efêmera República Juliana (1939). O movimento farroupilha possuía o apoio de caudilhos do Uruguai e só foi debelado em 1845, com o Império concedendo ampla anistia aos revoltosos, incorporação dos oficiais farroupilhas no Exército Imperial, devolução das terras ocupadas aos antigos proprietários e taxaço de 25% sobre o charque platino.

Durante os anos de guerra civil, as estâncias e campos ficaram despovoados, as charqueadas quase arruinadas. A revolução acentuou o espírito regionalista dos riograndenses e aprimorou a doutrina liberal republicana que ressurgiu com a força

do Partido Liberal (FLORES, 1996, p. 96). Para a historiografia tradicional a Revolução Farroupilha tornou-se símbolo do espírito de bravura do povo “gaúcho” e de suas “tendências libertárias”, idealizando a criação de uma “democracia dos pampas”, uma “ausência de classes” na sociedade da Campanha e do “gaúcho monarca das coxilhas”. Este discurso fantasioso foi elaborado e difundido desde o início do século XX por historiadores de tendência positivista-idealista, com a função de legitimar e dar coesão ao sistema de dominação vigente e à hegemonia do grupo agropecuarista na sociedade civil (PESAVENTO, 1986, p. 8).



Figura 28. Cena da Guerra dos Farrapos. Reprodução parcial de tela a óleo de Wasth Rodrigues⁶.

Os recentes estudos da história cultural demonstram que o “gaúcho” mítico nunca existiu historicamente e que a decantada democracia dos pampas era uma construção idealizada que respondia aos interesses das oligarquias locais. Hábitos como tomar o chimarrão na mesma cuia, passando de mão em mão, nada tinham a ver com uma estrutura social bem hierarquizada e marcada pela extrema concentração da propriedade da terra.

⁶ Fonte: wikimedia.org/wikipedia/commons/4/43/Guerra_farrapos.jpg. Acervo da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Nota-se que esta reconstrução idealizada do passado ocorreu justamente no momento em que a agropecuária riograndense se encontrava em crise e descapitalizada. Através da reelaboração do seu passado, os grupos dominantes buscavam fatos que os nobilitassem e desta forma justificassem seu predomínio na sociedade. A figura do “gaúcho” tornou-se o “mito do herói” dos pampas, proliferaram-se os Centros de Tradições Gaúchas (CTG) e o “tradicionalismo”, uma marca cultural muito forte em vários municípios do Rio Grande do Sul e mesmo fora dele, levados por migrantes a outros Estados da federação.

Em Candiota, este tradicionalismo está expresso nas cinco instituições oficiais do município, o CTG Candeeiro do Pago, Luiz Chirivino e Batalha do Seival, CCTG Lanceiros da Liberdade e PTG Combate do Seival, além de Piquetes a estas instituições vinculados. Percebe-se, inclusive, a apropriação de um famoso combate da guerra civil, a Batalha do Seival, ocorrida no então município de Bagé, mas em terras hoje pertencentes à Candiota.



Figura 29. O General Antônio de Souza Netto⁷

⁷ Fonte: fotosantigas.prati.com.br/FotosAntigas/Revolucao_Farroupilha/General_Antônio_de_Souza

A Batalha do Seival é habitualmente considerada a primeira grande batalha da Revolução Farroupilha. Destacado por Bento Gonçalves, o general Antônio de Souza Netto desloca-se à região de Bagé onde encontra o Imperialista Silva Tavares, vindo do Uruguai. A Primeira Brigada de Netto, com quatrocentos homens, atravessa o arroio Seival e encontra as tropas de Silva Tavares (quinhentos e sessenta homens) onde se desenvolve violento combate, com cerca de cento e oitenta legalistas mortos, sessenta e três feridos e cem prisioneiros. O embate deu-se nos campos dos Menezes, cruzando o Arroio Seival, em 09 de setembro de 1836 e, com a vitória dos Farrapos, ensejou a Proclamação da República Rio-Grandense, separando o Estado do Rio Grande do Sul do Brasil.



Figura 30. Antigas edificações da comunidade de Seival, Candiota, palco de Batalha da Revolução Farroupilha.⁸

⁸ Fonte: Prefeitura Municipal de Candiota. In: www.candiota.rs.gov.br/web/historia.php

Pacificada a revolução farroupilha, logo vieram diversas famílias para a região de Bagé. Em 1846, no ano seguinte ao fim da guerra civil, a assembleia legislativa provincial apresentou projetos de lei elevando o curato de São Sebastião de Bagé à categoria de paróquia e outro elevando a sede da paróquia à vila. A nova vila continuou sujeita à comarca de Piratini até 1850, quando foi incorporada à comarca de Caçapava. Em razão do considerável aumento de sua edificação urbana, São Sebastião de Bagé foi elevada à categoria de comarca em 1858 e à categoria de cidade em 1859. O período de tranqüillidade e avanços econômicos durou até a última década do século XIX quando estourou o movimento político em oposição ao governo do Presidente Floriano Peixoto que ficou conhecido como Revolução Federalista, um dos episódios militares mais violentos da história brasileira e que novamente imergiu a região de Bagé nos conflitos decorrentes a uma nova guerra civil.

Em 1893, o Rio Grande do Sul possuía sessenta e um municípios, com o total de quase novecentos mil habitantes, a maioria vivendo na área rural. A principal atividade econômica ainda era a agropecuária, com os maiores rebanhos, ovinos e eqüinos nos municípios da Campanha. Nesta zona de grandes latifúndios destinados à pecuária havia um “vazio populacional”, com grandes áreas de coxilhas habitadas por apenas um quarto de toda população do Estado, mas foi esta população que mais sofreu com as mudanças tecnológicas introduzidas na pecuária (FLORES, 1996, p. 155).

O Estado, com recursos da União, já havia dado partida a implantação de sua estrutura da rede ferroviária com quatro linhas básicas: a leste-oeste, ligando Porto Alegre a Uruguaiana; a que ligaria Rio Grande e Pelotas à linha leste-oeste em São Gabriel; a que conectaria São Gabriel ao Rio Uruguai, no norte do Estado; e a Porto Alegre-Vale dos Sinos. A linha Rio Grande – São Gabriel - de grande utilidade, pois transportava gado e charque para o porto do Rio Grande - foi construída em partes, iniciada em 1884 com o trecho Bagé/Marítima, pela empresa *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company Limited*. Neste mesmo ano foi inaugurada a estação de Seival, em Candiota.

O uso da ferrovia levando gado para os matadouros e para exportação dispensou os tropeiros. As cercas de arames e a introdução de gado de raça contribuíram para a diminuição de campeiros no manejo dos animais, diferente do tempo dos rodeios em campo aberto que necessitava de grande quantidade de mão-de-obra (FLORES, 1996, p. 155). O desemprego e a marginalização do campeiro forneceu o incremento necessário para os corpos provisórios da Brigada Militar e também para as tropas revolucionárias.

A passagem da via férrea vinda de Rio Grande construída pela empresa *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company Limited*, foi o motivador para formação e crescimento do povoado de Hulha Negra em 1884 quando foi instalada a estação ferroviária (Figura 31). O local logo se transformou em um centro de circulação de atividades comerciais, com uma certa variedade de atividades econômicas que até o presente momento estavam voltadas para a pecuária e o charque.



Figura 31. A Estação de Seival, município de Candiota 9.

O país vivia um período de crise econômica, pois sua economia baseada na exportação do café sofreu um baque com a depressão existente nos mercados

⁹ Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/rs_bage_riogrande/seival.htm



Figura 33. Estação Férrea de Hulha Negra¹⁰

Nos três primeiros anos da República, o Rio Grande do Sul teve dezoito presidentes, quase todos controlados pelo líder republicano Júlio de Castilhos. Os próceres federalistas se juntaram aos antigos monarquistas, igualmente aliados do poder com a instalação da República. Em congresso realizado em Bagé – uma das principais cidades da região da Campanha e cujo desenvolvimento forjou influente elite rural – o Partido Federalista elegeu como líder Gaspar da Silveira Martins, político de idéias liberais e adepto da monarquia. No dia 17 de fevereiro de 1892, Júlio de Castilhos reassumiu o governo da província. O visconde de Pelotas, que o exercia, entendeu, porém, de transmiti-lo ao General Silva Tavares que exercia o comando das forças em Bagé e que estava disposto a desencadear a guerra civil (FORTES, 1965, p. 110).

Com a iminência de uma guerra entre as facções políticas, ambos os lados contemporizaram e marcaram novas datas para uma eleição, vencidas – sob suspeita de fraude – novamente por Júlio de Castilhos, em 1893. O Partido Republicano, ao assumir o poder, desalojou dos seus quadros a antiga elite rural que há décadas estava no poder, fortalecida após o fim Revolução Farroupilha. O clima de violência entre os dois grupos políticos se intensificou com uma série de execuções de desafetos políticos pela degola e fuzilamento. Entre a posse de Castilhos em 1892 e o início da Revolução Federalista no ano seguinte foram

degoladas cento e noventa e três pessoas, de ambas as facções (FLORES, 1997, p. 157).

Com a posse de Castilhos, em 1893, grande parte dos federalistas buscaram exílio no Uruguai, de lá retornando divididos em corpos de trezentos a quatrocentos homens, invadindo o Estado em pontos diferentes, com “gaúchos” uruguaios de um departamento que fora povoado por espanhóis oriundos da Maragataria. Os republicanos passaram a chamar os federalistas de maragatos como se fossem estrangeiros; e, estes, por sua vez, chamaram os republicanos de pica-pau, por utilizarem um quepe com o enfeito vermelho das forças republicanas.

O Rio Grande do Sul e os Estados vizinhos de Santa Catarina e Paraná foram palco de sangrentas batalhas envolvendo as duas facções, em especial a região da Campanha, um dos principais berços da elite rural do Estado. Não foram felizes os revolucionários em seus primeiros confrontos, sofrendo sensíveis baixas e obrigados a se retirar para a fronteira. Porém, com as forças reagrupadas, os federalistas reagiram e buscaram concentrar-se nos arredores de Santana do Livramento. Com o sucesso desta empreitada, animam-se outros chefes federalistas a marcharem pelas coxilhas da Campanha, avolumando-se as forças federalistas e obrigando o governo do Estado a solicitar recursos do governo federal (FORTES, 1965, p. 112).

A cidade de Bagé tornou-se palco de importantes acontecimentos da guerra civil. Uma das maiores cidades do Estado, Bagé sediava uma importante guarnição militar, tinha ligação por trem com Rio Grande (da qual fazia parte a estação de Seival, hoje Candiota) e situava-se em posição estratégica em relação à Campanha e à fronteira. Era, ainda, terra dos Tavares e Silveira Martins, duas das principais lideranças dos maragatos que fizeram de Bagé sede do Partido Federalista. A cidade acabou se tornando o primeiro alvo do general Tavares em seu retorno ao campo de batalha depois de refazer suas tropas em território uruguaio. À frente de quase três mil combatentes, os federalistas buscaram tomar a cidade em novembro de 1893 e durante quase um mês mantiveram um cerco a distância da cidade (COSTA, 2004, p. 204).



Figura 34. Fuzilamento durante a Revolução Federalista.

Fonte: Costa (2004, p. 201). Acervo: Museu da Colégio Mauá, Santa Cruz do Sul.

A princípio ocuparam chácaras do seu subúrbio até que entraram na cidade, tomando o Mercado Público, os quartéis, a Enfermaria Militar e quase todas as ruas, à exceção da Praça da Matriz, de onde, em trincheiras, resistiam as forças republicanas com ordens expressas de Floriano Peixoto de resistirem até o fim. Bagé foi tomada por mortes de civis por balas perdidas, incêndios, saques, arrombamentos. Às margens do Rio Negro, forças federalistas haveriam degolado quase trezentos prisioneiros republicanos. A comida rareava e para matar a fome dos amontoados na Praça central, cães, gatos e cavalos eram mortos para alimentar as tropas sitiadas. Após quarenta e sete dias de cerco, os federalistas debandaram para Santana do Livramento com a chegada de duas divisões do Exército republicano (COSTA, 2004, p. 205).



Figura 35. Federalistas prontos para a guerra.
Fonte: Costa (2004, p. 201).



Figura 36. Trincheiras nas ruas de Bagé por soldados republicanos.
Fonte: Costa (2004, p. 205).

Em julho de 1895 começaram as discussões de paz. Os maragatos queriam a anulação da Constituição estadual de 1891, o que foi negado por Júlio de Castilhos. Em agosto de 1895 os generais Galvão de Queiroz e Silva Tavares assinaram a convenção da paz em Pelotas, aceitando a anistia decretada pelo presidente Prudente de Moraes. Júlio de Castilhos não assinou a convenção, mas aceitou a submissão dos rebeldes. A guerra civil durou trinta e um meses, deixando um saldo de dez a doze mil mortos e fortalecendo a centralização do poder em mãos do Partido Republicano (FLORES, 1996, p. 168).

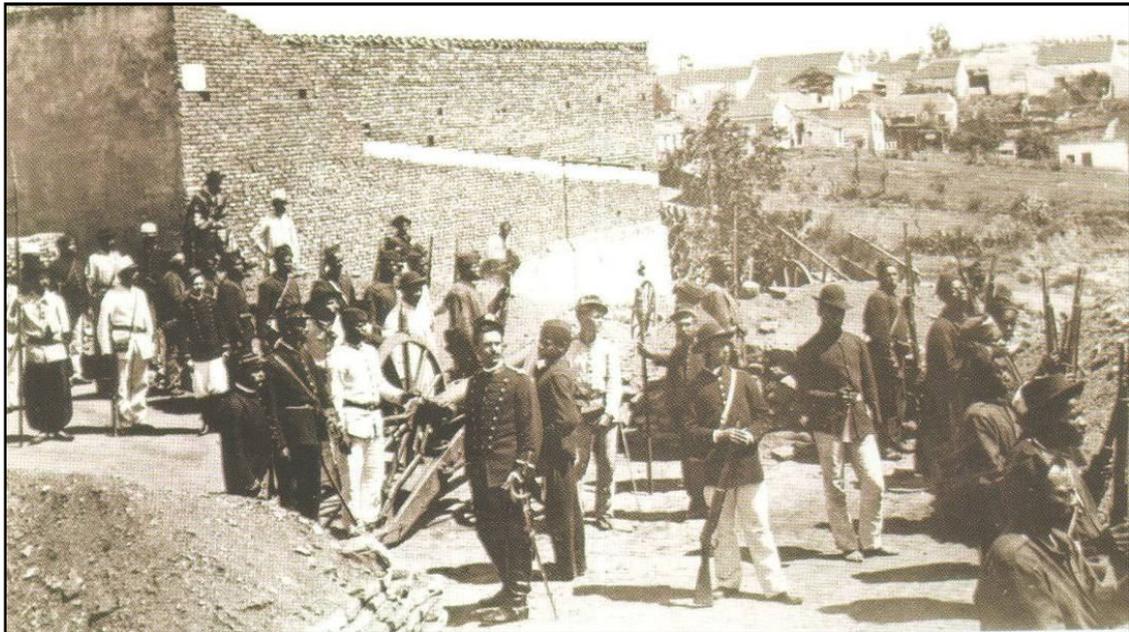


Figura 37. Soldados republicanos sitiados em Bagé.
Fonte: Costa (2004, p. 205).

As lutas em muito prejudicaram a zona pecuária por causa das pilhagens do gado. Tropas governistas e revolucionárias buscaram na zona colonial o abastecimento de produtos agrícolas, animais, armas, quebrando a hegemonia da região da Campanha. Contudo, apesar dos tropeços enfrentados pelo setor, aos poucos a Campanha foi retomando suas atividades econômicas até restabelecer sua importância para o setor agropecuarista sul-rio-grandense.

Especificamente na região de Candiota, além da criação de gado leiteiro, outras culturas também foram importantes para o desenvolvimento regional como a ovinocultura, a orizicultura, fruticultura, produção de sementes olerícolas, milho, batata inglesa, mandioca e cenoura, além de ter se tornado uma referência na vitivinícola, em especial na Estância do Seival, fazenda que foi palco da Batalha do Seival e onde estão também as ruínas da “Quinta do Seival”, uma das primeiras vinícolas brasileiras onde, por volta de 1900, já eram produzidos vinhos finos.

A produção de vinhos na região da fronteira data de 1626, com os esforços do jesuíta Roque Gonzáles de Santa Cruz, na região de Sete Povos das Missões. Contudo, apenas recentemente a Campanha conseguiu um lugar de destaque econômico com sua produção. As coxilhas de baixa declividade da região, aliada ao

clima seco local, facilitaram a mecanização de diversas práticas vinícolas, ao contrário das encostas da serra, povoadas por imigrantes italianos a partir de 1870 e cujo enclinação favoreceu a insolação e o aperfeiçoamento da uva.

Um dos principais empreendimentos da área é conduzido atualmente pela Vinícola Miolo, que promove o Projeto Fortaleza do Seival Vineyards numa área de 3.000 hectares, dos quais 110 hectares estão plantados, optando-se, nestes, por variedades francesas, as tintas Cabernet Sauvignon, Tannat e Pinot Noir e as brancas Chardonnay e Sauvignon Blanc.



Figura 38. Antiga Estância do Seival, atual sede do Projeto Fortaleza do Seival Vineyards, da vinícola Miolo.

Fonte: www.miolo.com.br.

Ao longo do século XX, outra importante característica econômica da região foi o desenvolvimento da exploração de subprodutos da extração carbonífera. Em 1961 foi inaugurada a Central Termelétrica Candiota I, a primeira usina do Estado a queimar carvão pulverizado. A partir da Usina cresceu a localidade que se emanciparia de Bagé e Pinheiro Machado em 1992. A Central Termelétrica Candiota I foi desativada quando entrou em funcionamento a Usina Termelétrica II/Fase A

(Usina Termelétrica Presidente Médici), que consumia mensalmente dezenas de toneladas de carvão produzido pela Companhia Riograndense de Mineração.

Dono de reservas de carvão energético que somam 1,2 bilhão de toneladas, aproximadamente 58% do total do Estado, o município de Candiota é o maior pólo energético da região e devido ao seu subsolo abundante em minerais (carvão e calcário), a cidade está se transformando num centro de geração de energia termelétrica e produção de cimento pozolânico.

Os cinco núcleos urbanos de Candiota – todos distantes um do outro – são Dario Lassance, formados pelos funcionários da Companhia Riograndense de Mineração que trabalham na Mina de Candiota; Vila Residencial, construída pela Companhia Estadual de Energia Elétrica para alojar seus funcionários; Vila Operária, construída para abrigar trabalhadores da Usina; o Loteamento João Emílio, núcleo urbano mais recente, localizado entre a Vila Operária; a Vila Residencial; e, Seival, o povoado mais antigo do município e onde estão localizados alguns dos principais marcos do patrimônio histórico da região, como a Igreja Santa Rosa de Lima, o cemitério Santa Rosa, o sobrado de pedra, as ruínas das vinícolas Marimom, a antiga estação ferroviária, a chaminé da Charqueada Santa Rosa, as ruínas da casa da família Nunes e os campos da batalha do Seival, próximo a BR-293.



Figura 39. Localização geográfica da área do município de Candiota.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org>

O município de Candiota ocupa uma área geográfica de mais de 900 km² na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, região esta conhecida como da “Campanha”, há aproximadamente 390 km da capital Porto Alegre. Os atuais limites políticos do município fazem fronteira com as cidades de Hulha Negra, Pinheiro Machado, Pedras Altas e Bagé, do qual Candiota emancipou-se em 1992 através da realização de um plebiscito popular. Possui uma população de 8.776 habitantes¹¹.

O nome “Candiota”, segundo informações orais, tem origem ainda no século XVIII, quando um grupo de gregos com destino à Argentina teria passado pela região. O grupo era originário da Ilha de Cândia, também conhecida por Creta, cujo gentílico era “candioto”. Ao se estabelecerem na região – não se sabe se temporariamente ou não - os gregos acabaram por batizar um arroio que por fim deu origem ao nome da localidade, o Arroio Candiota.

Pouco se sabe sobre a veracidade destes fatos, pois não há registros documentais sobre a passagem do grupo de imigrantes gregos pela região, persistindo este “mito de criação” da origem do município apenas através da tradição oral. Os registros sobre a história de Candiota devem-se, em sua maioria, à sua relação com a região da Campanha e o seu município-mãe, a cidade de Bagé,

inclusive em suas tradições culturais intimamente associadas à cultura campeira, que em nada lembram uma possível imigração grega para o local.

Já a origem do nome Hulha Negra, se dá em função de uma das principais riquezas do município, o carvão mineral. A exploração deste mineral na região começou no fim do século XIX e terminou no início da década de 1950. Na mesma época do término da exploração do carvão, um grupo liderado por José Macke, Hugo Canto e Francisquino Kloppenburg, formou uma Comissão para emancipação de Hulha Negra desvinculando-a de Bagé, parecendo ter atingido seu objetivo apenas em 1965. O documento chega ser assinado pelo então Governador, Ildo Meneghetti e a eleição para Prefeito marcada para 06 de março de 1966. Entretanto, um mandado de segurança requerido pela prefeitura de Bagé e sumariamente julgado pelos tribunais da época anulou o plebiscito e por conseguinte, a criação do novo Município.

O fim da década de 1960 foi marcada pela instalação da eletricidade no meio rural, o apogeu da agricultura e a criação da primeira escola de primeiro grau completo. Já na década de 1980, o município contava com 600 casas aproximadamente. Somente em 1990 houve a retomada para emancipação de Hulha Negra, a tão ambicionada emancipação se deu a 20 de março de 1992. Oficialmente, Hulha Negra foi criado em 24 de março de 1992 através do decreto assinado pelo governador do estado naquele momento Alceu de Deus Collares e finalmente instalado em 01 de janeiro de 1993 com a posse o prefeito. Neste ano o município contava aproximadamente com 7.351 habitantes² e área de 1181,36 km.

Hulha Negra está localizada na região da campanha, fronteira sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, distando 375 km de Porto Alegre. Segundo o Serviço de Cartografia da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento/RS, o município possui uma extensão de 835,52 km, com aproximadamente 6.048 habitantes¹¹.

¹¹ Estas informações populacionais foram baseadas nos censos demográficos realizados pelo IBGE 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/censo2010/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=43.



Figura 40. Localização geográfica da região do município de Aceguá.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_Acegua.svg.

Quanto ao município de Aceguá, a origem do nome é proveniente do Guarani (*Yace Guab*) que significa “Lugar de descanso eterno”. Esta denominação foi utilizada pelos povos autóctones do lugar como cemitério. Possivelmente, devido a altitude do terreno (Serra de Aceguá), este local tenha sido escolhido pelas populações indígenas, que habitaram esta zona, para enterrarem seus mortos. Sabe-se que há mais de 150 anos, já havia famílias estabelecidas nesta localidade e imediações. Em 1863 surge, no parlamento Uruguaio, uma lei criando o *Pluebo Juncal*, que posteriormente passou a denominar-se Povo Almeida em homenagem as primeiras famílias no local. Por volta de 1941 foi chamada de Povo Aceguá, denominação utilizada até os dias de hoje. Em 1986, por iniciativa da Comissão de Cultura de Aceguá, em contato com representantes nacionais, o parlamento Uruguaio promulga a lei que eleva o Povo de Aceguá a categoria de Vila¹².

¹² <http://www.acegua.rs.gov.br>

8.5 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA - AID

A Área de Influência Direta deste empreendimento foi considerada a faixa de 1.000 m de largura ao longo de toda a extensão das LTs, conforme contemplado no mapa das áreas de influência apresentada no (ANEXO II).

Para fins de melhor sistematização dos dados, os resultados obtidos durante o levantamento de campo na AID serão expostos por trecho analisado, como referência, os vértices mais próximos das LTs, nesta ordem.

No Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA) do IPHAN não foram encontradas referências a sítios arqueológicos nos municípios afetados pelo empreendimento, abrangidos pela AID: Candiota, Aceguá e Hulha Negra, nem nos municípios vizinhos de Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Pinheiro Machado, Piratini e Santana da Boa Vista.

Portanto, os dados arqueológicos para a AID do empreendimento são procedentes somente do levantamento oportunístico realizado com observação da superfície de solo, procurando visualizar possíveis vestígios ou estruturas arqueológicas que podem ser atingidas pelo empreendimento.

O diagnóstico arqueológico foi executado através da vistoria *in loco*, nas áreas de influência direta que correspondem aos municípios de Candiota, Hulha Negra e Aceguá no Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo foi percorrer as áreas mais próximas a Área Diretamente Afetada - ADA, sendo guiados pelos vértices predeterminados (ver mapa no ANEXO III) conforme projeto do empreendimento e um último ponto denominado *Front* do lado Uruguaio. Sendo assim, buscou-se percorrer toda a extensão das linhas de transmissão.

Neste percorrimento, fez-se a coleta de informações orais junto aos moradores desta área, examinando os elementos paisagísticos de interesse arqueológico (relevo, cobertura vegetal, cursos d'água próximos, usos dos solos atuais, etc) e verificando, nas áreas onde a visibilidade do solo foi possível, a existência de vestígios arqueológicos aflorados em superfície. Faz-se uma breve descrição das características ambientais de interesse arqueológico observadas nos trabalhos de campo.

Todos os dados foram georreferenciados, mapeados e objeto de registro fotográfico. Formulários específicos foram preenchidos em campo e, posteriormente, digitados em computador.

O resultado das atividades a contemplar estas áreas é apresentado a seguir:

8.5.1 LT 230 kV Presidente Médici - Candiota – Trecho I

O primeiro trecho a ser vistoriado, foram os vértices (ver Tabela 4) que compunham a linha de transmissão que tem saída em Candiota – LT 230 kV Presidente Médici - Candiota, cuja localização inicial se dá na UTM (*Datum SAD-69*) 22J 0245509/6505938. Foram vistoriadas todas as áreas diretamente afetadas pelo empreendimento, todos os vértices conforme coordenadas cedidas pelo empreendedor.

Tabela 4. Vértices correspondentes a LT 230 kV Presidente Médici - Candiota.

VÉRTICES	UTM (<i>Datum SAD-69</i>)
Se P. Médice	22 J 245562 6505929
V1	22 J 245775 6505696
V2	22 J 245776 6505564
V3	22 J 245508 6505308
V4	22 J 243228 6504977
V5	22 J 241653 6505585
V6	22 J 240725 6506173
V7	22 J 240060 6508372
V8	22 J 239787 6508741
Se Candiota	22 J 239621 6508839

8.5.1.1 Pontos avaliados

Foram avaliados dez pontos nesta LT, cujos resultados da vistoria serão apresentados a seguir. A localização destes pontos está contemplada no mapa do diagnóstico arqueológico como os locais de vistoria arqueológica (ver ANEXO III).

O local do vértice **SE P. Médici**, situado no município de Candiota (RS) localiza-se conforme a UTM 0245509 / 6505938 próximo da subestação da Usina Termelétrica Candiota dentro do perímetro de propriedade da mesma.

Na área da subestação de saída da LT, o solo permanece coberto por pedra brita, sem visibilidade em parte do trecho, nas demais áreas percorridas no raio de 50 m aproximadamente, solo coberto por vegetação rasteira. Foi feito o caminhamento e avaliação visual com registro fotográfico. Não foram percebidos quaisquer vestígios de artefatos ou estruturas arqueológicas aparentes em superfície.



Foto 2: Usina Termelétrica Candiota



Foto 3: Subestação da usina.



Foto 4: Área da subestação da usina.

O vértice **V1** cuja coordenada correspondente é 22 J 246246 / 6506010, situa-se dentro do perímetro de propriedade da termelétrica, nas proximidades do CTG Candeeiro do Pago, solo arado parcialmente encoberto por vegetação rasteira. Há aproximadamente 140 m do ponto V1 localiza-se o **V2** conforme a UTM 22 J 245774 / 6505563, no entorno deste ponto há um alojamento de funcionários da usina, por onde passa um acesso e em suas laterais valas de esgoto. Foi feito o caminhamento e avaliação visual com registro fotográfico. Não foram percebidos quaisquer vestígios de artefatos ou estruturas arqueológicas aparentes em superfície.

No vértice **V3**, UTM 22 J 245508 / 6505308, área de fundos do alojamento de funcionários, solo coberto por folhas de eucaliptos. Foi feito o caminhamento e avaliação visual com registro fotográfico. Não foram percebidos quaisquer vestígios de artefatos ou estruturas arqueológicas aparentes em superfície.



Foto 5: Alojamentos de funcionários.



Foto 6: Vala de esgoto.



Foto 7: Fundos do alojamento dos operários.

Os vértices **V4** UTM 22 J 243228 6504977 e **V5** UTM 22 J 241653 6505585, situam-se no perímetro de propriedade da mineradora CRM. No local destinado ao traçado da linha, segundo as informações georreferenciadas conferidas *in loco*, toda a área foi minerada e ou encontra-se em fase de regeneração do solo. Foi feito o caminhamento e avaliação visual com registro fotográfico. Não foram percebidos quaisquer vestígios de artefatos ou estruturas arqueológicas aparentes em superfície.



Foto 8: Local destinado ao traçado da linha.



Foto 9: Área minerada em fase de regeneração do solo.



Foto 10: Solo arado, já minerado.



Foto 11: Área minerada em fase de regeneração do solo.



Foto 12: Área em processo de mineração.



Foto 13: Área em processo de mineração.

Os pontos **V6** UTM 22 J 240725 6506173, **V7** UTM 22 J 240060 6508372, **V8** UTM 22 J 239787 6508741, **SE Candiota** UTM 22 J 239621 6508839 pertencentes à LT 230 kV Presidente Médici - Candiota e **V - 01** UTM 22 J 240394 6508643 pertencente à LT 525 kV Candiota - Aceguá, conforme as coordenadas predefinidas, os pontos estão próximos um do outro entre 200 m a 400 m. A vegetação desta área

se dá através do plantio de Eucaliptos e em algumas áreas ocorrência de vassoura cipó.

Quanto ao solo foi identificado como argilo-arenoso de coloração acinzentado escuro 10YR 6/2, conforme o código de cores *The Globe*. Foi feito o caminhamento e avaliação visual com registro fotográfico. Não foram percebidos quaisquer vestígios de artefatos ou estruturas arqueológicas aparentes em superfície.



Foto 14: Caminhamento na área de influência direta.



Foto 15: Local do ponto V6.



Foto 16: Local do ponto V7



Foto 17: Local do ponto V8.



Foto 18: Área do ponto SE Candiota.



Foto 19: Área do ponto V – 01.

8.5.2 LT 525 kV Candiota – Aceguá – Trecho II

Segundo e último trecho a ser vistoriado, foram os vértices (ver quadro 5) que compunham a segunda linha de transmissão – LT 525 kV Candiota - Aceguá, cuja localização inicial se dá na UTM 22 J 240394 6508643 (*Datum SAD-69*), ponto **V – 01** este já descrito no trecho anterior por se localizar na mesma área das demais torres da LT 230 kV Presidente Médici - Candiota. Foram vistoriadas todas as áreas diretamente afetadas pelo empreendimento, todos os vértices conforme coordenadas cedidas pelo empreendedor.

Tabela 5. Vértices correspondentes a LT 525 kV Candiota - Aceguá.

VÉRTICE	UTM (<i>Datum SAD-69</i>)
V – 01	22 J 240394 6508643
V – 02	22 J 230892 6501928
V – 03	22 J 230010 6501307
V – 04	22 J 222911 6493166
V – 05	22 J 221561 6492202
V – 06	21 J 781142 6482214
V – 07	21 J 777404 6479562
Front	21 J 766908 6471427

8.5.2.1 Pontos avaliados

Foram avaliados oito pontos nesta LT, cujos resultados da vistoria serão apresentados a seguir. A localização destes pontos está contemplada no mapa do diagnóstico arqueológico como os locais de vistoria arqueológica (ver Anexo 3).

Os pontos vistoriados **V – 02** UTM 22 J 230892 / 6501928 e **V – 03** 22 J 230010 / 6501307, situam-se em assentamentos no município de Hulha Negra (RS). Estes pontos estão distantes 1 km um do outro e alocados há aproximadamente 12 km do primeiro **V – 01**, descrito no trecho anterior, por estar alocado no município de Candiota (RS). A cobertura vegetal deste trecho se dá em partes, por mata ciliar e outra em vegetação rasteira – gramínea dificultando a visualização do solo nestes locais. Nos locais onde o solo foi arado, o mesmo se encontra argilo-arenoso de coloração 2.5 3/2 conforme o código de cores *The Globe*. Foi feito o caminhamento

e avaliação visual com registro fotográfico. Não foram percebidos quaisquer vestígios de artefatos ou estruturas arqueológicas aparentes em superfície.



Foto 20: Área destinada ao traçado da linha (V02 e V03).



Foto 21: Mata ciliar, área do vértice V02.



Foto 22: Solo arado e ou coberto por gramínea.



Foto 23: Parte do trecho de mata ciliar e ou solo arado.



Foto 24: Pastagem, área entre os pontos V - 03 e V - 04.



Foto 25: Pastagem, área entre os pontos V - 03 e V - 04.

Nos pontos **V – 04** e **V – 05** distanciados em aproximadamente 1,7 km, e os vértices **V – 06** e **V – 07**, estes incidiram sobre área do barramento Santa Elmira e de pastagem. O solo encontra-se sem visibilidade coberto por gramíneas. Na extensão da área do trecho entre os pontos **V – 04** e **V – 05** foi feito o caminhamento e avaliação visual com registro fotográfico. Não foram percebidos quaisquer vestígios de artefatos ou estruturas arqueológicas aparentes em superfície.



Foto 26: Área de pastagem.



Foto 27: Barramento Santa Elmira.

Já entre os pontos **V – 06** UTM 21 J 781142 6482214 e **V – 07** UTM 21 J 777404 / 6479562, foram encontradas estruturas arquitetônicas, localizadas conforme UTM 21 J 778997 / 6480613 no alto de uma coxilha¹³ no município de Aceguá (RS), sendo denominado de “Casa de Pedra”. Estas, a primeira vista foram erigidas entre os séculos XVII e XVIII, configurando assim, um sítio arqueológico histórico, porém este, deverá ser melhor avaliado para o registro do mesmo junto ao CNSA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

No mapa do diagnóstico arqueológico pode-se constar a localização deste sítio de interesse histórico dentro da ADI (ver ANEXO III), a aproximadamente 2,7 km do vértice 6, e 500 m da LT. A avaliação da probabilidade de impacto só poderá ser realizada quando as torres estiverem localizadas, assim como a distância deste patrimônio em relação a ADA do empreendimento

¹³ A Coxilha pode ser considerada uma colina encontrada em regiões dos campos, que por sua vez, tem como cobertura vegetal pastagem. Este tipo de relevo é encontrado nos pampas gaúchos e no Uruguai.



Foto 28: Frente da segunda estrutura.



Foto 29: Fundos da primeira estrutura.



Foto 30: Lateral esquerda da segunda estrutura.



Foto 31: Muro de aproximadamente 150 m.

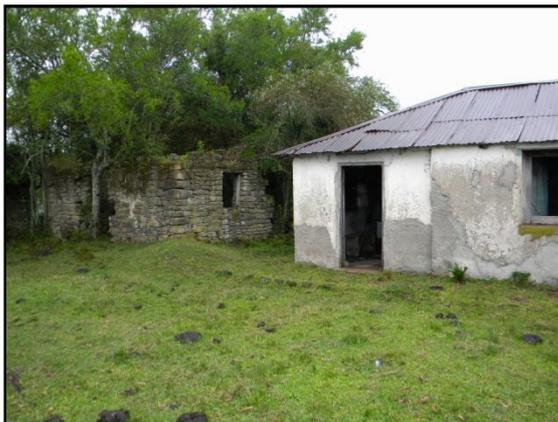


Foto 32: Ao lado das ruínas antiga habitação.



Foto 33: Detalhe do lado direito.



Foto 34: Pedras nas paredes da antiga habitação.



Foto 35: Continuação do muro e palmeira exótica¹⁴.



Foto 36: Detalhe do muro no alto da colina.



Foto 37: Reservatório de água.

¹⁴ Planta não nativa, transplantada intencionalmente ou casualmente de outra região, que não seja a sua de característica.



Figura 41. Imagem de satélite das edificações e estruturas encontradas

O último ponto, *Front* UTM 21 J 766908 / 6471427, incidiu em área de pastagem, ocasionando a invisibilidade do solo. Em outras partes do trecho o solo encontra-se arado. Foi realizado o caminhamento e avaliação visual com registro fotográfico. Não foram percebidos quaisquer vestígios de artefatos ou estruturas arqueológicas aparentes em superfície.



Foto 38: Área de pastagem.



Foto 39: Área de pastagem.

8.5.3 Informações Orais

Nesta etapa, durante a coleta de informações orais, a equipe de pesquisadores conversou com as pessoas entrevistadas e expuseram a elas, com conceitos simples e de fácil entendimento, as razões da presença de arqueólogos no licenciamento ambiental de um projeto de engenharia. Para melhor fixar os conceitos apresentados informalmente, além de responder a todos os questionamentos e curiosidades expressos, distribuíram o livreto intitulado “Obras de Engenharia, arqueologia e arqueólogos” (COSTA, 2008) da Scientia Consultoria Científica.

Foram realizadas nove entrevistas, cujos resultados serão apresentados a seguir. Destas, quase todas indicaram informações de interesse arqueológico, ou seja, oito entrevistas positivas e somente uma negativa. Contudo é interessante observar que a grande maioria indicou vestígios de estruturas arquitetônicas de relevância histórica na região como ruínas, casas de pedras, mangueiras, taipas de pedras relacionadas a edificações antigas. Mas por outro lado, informações relativas a sítios pré-históricas foram escassas, demonstrando o pouco conhecimento dos moradores locais quanto a existência de sítios de populações indígenas na área. Somente um entrevistado demonstrou conhecimento sobre o assunto, afirmando desconhecer a ocorrência de sítios típicos da área, como os cerritos. Entretanto conhece a cultura material das populações indígenas pretéritas, possuindo artefatos arqueológicos em sua residência. Os mesmos foram coletados na região, em achados fortuitos, provavelmente não associados a sítios arqueológicos específicos, mas a locais onde estes artefatos foram usados e/ou descartados (ver Foto 1)

A localização das entrevistas pode ser observada no mapa do diagnóstico arqueológico (ver ANEXO III) como os locais de entrevistas, identificados pela sigla da entrevista conforme apresentado no quadro. As fichas compõem o ANEXO IV.

Tabela 6. Resultado das entrevistas realizadas.

SIGLA	ENTREVISTADO	LOCALIDADE	UTM(SAD69)	INFORMAÇÕES	FOTO
E1	José Osmar Martins Vigilante 45 anos	Candiota	22J 0241619/6507621	Taipa de pedra em direção a CimBagé. Local não vistoriado.	
E2	Amilton Silveira Programador 55 anos 30 anos mora na região	Candiota	22J 0245557/6505349	Mangueira (cerca de pedra) próxima da usina, do outro lado da barragem, entrando pela vila operária à direita. Local não vistoriado. Casa de pedra em Candiota.	
E3	Adão R. de Almeida Operador de máquina 48 anos nasceu em candiota	Candiota	22J 0241335/6506775	Casa ao lado de sua residência, conforme fotos. Não tem maiores informações sobre ela. Local vistoriado: Casa de pedra no perímetro urbano de Candiota.	

	<p>Reginaldo da C. Fagundes Arrendatário 52 anos reside a 52 anos na região</p>	<p>RS 293 KM142</p>	<p>22J 0243598/6518957</p>	<p>Há mais de 150 anos pelo menos. Galpão com paredes de pedra feitas pelos escravos. Do lado o açude, onde dizem ter escravos enterrados. Local vistoriado: "Casa Centenária". Ver mapa anexo 4.</p>	
E5	<p>Luciane Ribeiro da Silva Dona de casa 23 anos mora a 2 anos</p>	<p>Conquista do Arvoredo Hulha Negra</p>	<p>22J 0221600/6492252</p>	<p>Nunca viu nada.</p>	
E6	<p>Heitor Vagner P Ferreira Produtor Rural 53 anos mora a 53 anos na região</p>	<p>Seival Candiota</p>	<p>22J 0239344/6516549</p>	<p>Nunca viu cerritos; Encontrou boleadeiras, machado e espada na região do Seival. Possui os artefatos em sua casa. Além do Seival, desconhece a existência de outros sítios arqueológicos.</p>	
E7	<p>Luiz Fernando Moreira Produtor Rural 60 anos mora a 60 anos na região</p>	<p>Banhado do Minuano Acégua</p>	<p>21J 777501/6479626</p>	<p>Casa de pedra e mangueira de pedra de propriedade de seu primo Valdomiro Baldazar. Local vistoriado: "Casa de Pedra". Ver mapa anexo 4.</p>	

E8 Wilson Kuhn
Produtor Rural
55 anos

Jaguarão do Chico
Acégua

21J 0776128/6481297

Ruínas de propriedade do Sr. Valdomiro nas proximidades de sua residência.
Local vistoriado: "Casa de Pedra".
Ver mapa anexo 4.



E9 Lienir Moreira

Jaguarão do Chico
Acégua

21J 0778997/6480613

Casa de pedra cobertura capim santa fé e mangueira de pedra de propriedade de seu primo Valdomiro Baldazar.

Tem a propriedade a pelo menos 100 anos.
A edificação menor tem 1,60 m altura por 7 m comprimento.

Local vistoriado: "Casa Centenária".
Ver mapa anexo 4.



8.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dos trabalhos nas áreas de influência direta, área diretamente afetada e área de influência indireta das Linhas de Transmissão em questão, LT 230 kV Presidente Médici - Candiota e LT 525 kV Candiota - Aceguá verifica-se que o objetivo principal, foi alcançado, no que se refere ao levantamento arqueológico assistemático a fim de verificar a o potencial arqueológico da área.

A partir dos resultados alcançados no levantamento de campo das áreas correspondentes, pôde-se perceber que foi registrada a presença de vestígios arqueológicos históricos que podem estar datados entre os séculos XVII e XVIII.

Tabela 7. Relação de bens históricos identificados em campo

<i>BEM HISTÓRICO</i>	<i>AREA DE INFLUÊNCIA</i>	<i>DISTÂNCIA DA LT</i>
Casa de Pedra	AID	500 m
Casa Centenária	All	10 km

A maior ou menor potencialidade de cada trecho está diretamente relacionada ao ambiente atravessado (o qual tem relação direta com o interesse pretérito em sua exploração) e às alterações decorrentes principalmente dos sucessivos usos do solo, que podem ter afetado em maior ou menor grau o registro arqueológico de toda essa imensa região.

As informações coletadas nas vistorias de campo, nas entrevistas e nas fontes secundárias apontam para um baixo potencial arqueológico para sítios pré-históricos e alto para sítios históricos. Entretanto, é necessário se relativizar esta questão em função das informações disponíveis sobre registros de sítios serem poucas e incompletas para a AID, assim como as pesquisas arqueológicas serem escassas nesta área, apresentam uma lacuna na arqueologia riograndense.

Apenas prospecções arqueológicas intensivas e sistemáticas poderão indicar conclusivamente se existem ou não sítios arqueológicos em risco nas áreas de intervenção do empreendimento.

Cabe salientar que foram realizados levantamentos arqueológicos assistemáticos, com vistoria de áreas expostas e levantamento de dados

oportunistas nas áreas de influência direta, área diretamente afetada das Linhas de Transmissão e Subestação componentes da Interligação Energética Elétrica Brasil – Uruguai.

Deste modo recomenda-se a execução do programa de prospecções arqueológicas sistemáticas da área diretamente afetada, pois o estudo realizado destaca a potencialidade arqueológica da região de pesquisa, ainda que há ocorrência específica para o município de Aceguá (RS). E ainda por esta área ter sido palco de importantes batalhas históricas, tanto ligadas à disputas de fronteira entre as Coroas portuguesa e espanhola, no século XVIII, como da Guerra dos Farrapos e Revolução de 1893 (século XIX), o que pode ter deixado registros passíveis de pesquisa arqueológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos da História Colonial**. São Paulo: Itatiaia, 2000.
- BAGUET, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul:EDUNISC, 1997.
- BARBOSA, Fidéis Dalcin. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1976.
- BECKER, Ítala I. B. **El Índio Y La Colonización: Charruas y Minuanes**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1984.
- CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brazil (...)**. [Ed. fac-similar], Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.
- CONSENS, M., LOPEZ MAZZ, J.M., CURBELO, M. C. (Organizadores). **Arqueologia Em El Uruguay**. Anales Del VII Congreso Nacional de Arqueologia Uruguaya. Montevideo: Editorial Surcos, 1995.
- COPÉ, Silvia M. **Aspectos da ocupação pré-colonial no vale do rio Jaguarão – RS**. São Paulo: USP, 1985. Dissertação de Mestrado.
- COPÉ, Silvia M. Os aterros dos campos do sul: a Tradição Vieira. **Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.
- COSTA, Elmar B da et al (Coord.). **História ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: TBS Publicações, 2004.
- COSTA, Fernanda de Araújo. **Obras de engenharia, arqueologia e arqueólogos**. São Paulo: Scientia Consultoria Científica, 2008, 12 p.
- DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (1816-1831)**. São Paulo: Melhoramentos, 1971.
- DONATO, Hernâni. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**. São Paulo: Editora Ibrasa, 1987.
- FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.
- FORTES, Amyr Borges. **Compêndio de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina, 1965.
- FREITAS, Sebastião Moacir Rodrigues de. **Estudos Rio-Grandenses**. Porto Alegre: Sagra, 1987.
- GOLIN, Tau. **O Povo do Pampa**. Passo Fundo: UFP, 2004.
- IBGE. **Candiota**. <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/candiota.pdf>

>. Acessado em 18/01/2008.

IBGE. **Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

JACQUES, João Cezimbra. **Assuntos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: 1912 [1979].

KUHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. vol. VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

NOELLI, Francisco da Silva. A ocupação humana na Região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas – 1872-2000. **Revista USP**. Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira II. Nº44. São Paulo: USP, dez/jan/fev 1999/2000, p. 218-269.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai** vol. III, primeira parte. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA. **História**. Acessado em 18/01/2008. In: < <http://www.candiota.rs.gov.br/web/historia.php> >.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB, 1992.

QUEVEDO, Júlio (org.). **Rio Grande do Sul, Quatro Séculos de História**. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1999.

RODRIGUES, José Honório. **O continente do Rio Grande**. Rio de Janeiro, Edições S. José, 1954.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SCHMITZ, P. I., NAUE, G., BECKER, I. I. B. Os aterros dos campos do Sul: a tradição Vieira. **Pré-História do Rio Grande do Sul**. Documentos 5. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2006, p.101-124.

SCHMITZ, Pedro I. **Contribuciones a la prehistoria de Brasil**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1981.

_____. O mundo da caça, da pesca e da coleta. **Pré-História do Rio Grande do Sul**. Documentos 5. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2006, p.13-30.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. **As missões orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: Erus, 1979.

WENDROTH, Hermann Rudolf. **Uso do laço e da bola.** (s/d) 1 gravura.

WENDROTH, Hermann Rudolf. **Cercas e sebes para roças e animais.** (s/d) 1 gravura.

WENDROTH, Hermann Rudolf. **Estabelecimento Rural brasileiro.** (s/d) 1 gravura.



ANEXOS

ANEXO I. Mapa 01 - Área de Inserção Regional - AIR

ANEXO II. Mapa 02 - Área de Influência Direta – AID

ANEXO III. Mapa 03 – Área Diretamente Afetada - ADA.

ANEXO IV. Fichas de Informação Oral.